

# Os impactos de longo prazo dos EEA Grants em Portugal: uma análise crítica

Relatório Final

Março 2025

Celebrating 30 Years  
EEA Grants in Portugal

30



**CEDRU**

Centro de Estudos e Desenvolvimento  
Regional e Urbano

## Ficha Técnica

**Documento:** Os impactos de longo-prazo dos EEA Grants em Portugal: uma análise crítica

**Versão:** Relatório Final

**Data:** 14 março de 2025

**Número de páginas:** 50

CEDRU  
Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano  
Rua Fernando Namora 46A  
1600-454 Lisboa  
(+351) 217 121 240  
[www.cedru.com](http://www.cedru.com)

# OS IMPACTOS DE LONGO PRAZO DOS EEA GRANTS EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Relatório Final

MARÇO 2025

(página propositadamente deixada em branco)

# Índice

<b>Sumário Executivo .....</b>	<b>7</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>2. Objetivos e Contexto do EEA Grants em Portugal .....</b>	<b>13</b>
<b>3. Evolução do EEA Grants em Portugal .....</b>	<b>17</b>
3.1. Primeira fase (1994 – 2004): enfoque em projetos urbanos e ambientais.....	17
3.2 Segunda Fase (2005 – 2009): Expansão Multissetorial e Inovação na Governança.....	19
3.3 Terceira Fase (2009 – 2021): Multissetorialidade, Governança Avançada e Cooperação Bilateral .....	22
<b>4. Principais marcos da experiência de implementação .....</b>	<b>33</b>
4.1. Robustecimento gradual da dotação financeira .....	33
4.2. Progressiva qualificação dos mecanismos de gestão .....	35
4.3. Seleção criteriosa de áreas setoriais maximizando impactes .....	36
4.4. Geração de inovação nas políticas públicas .....	37
4.5. Redução das disparidades socioeconómicas internas e externas .....	38
4.6. Reforço das relações bilaterais entre Portugal e os países doadores.....	40
4.7. Amplo processo de capacitação em rede, transnacional e multi-actor .....	41
4.8. Empoderamento de atores na concretização das políticas públicas .....	42
<b>5. Síntese conclusiva.....</b>	<b>45</b>

# Acrónimos

CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano

EEA Grants - Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio

EEE - Espaço Económico Europeu

FMO - Financial Mechanism Office (Gabinete do Mecanismo Financeiro)

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

MFEEE - Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

ONGs - Organizações Não Governamentais

PME - Pequenas e Médias Empresas

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

UE - União Europeia

# Sumário Executivo

Este documento apresenta uma análise síntese dos resultados e impactos da implementação do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) em Portugal, ao longo dos últimos 30 anos, desde a sua criação em 1994.

## Contexto e Evolução

Os EEA Grants surgiram como parte do acordo que concedeu à Islândia, Liechtenstein e Noruega O acesso ao mercado interno europeu. Em contrapartida, esses países contribuem para a redução das disparidades socioeconómicas no espaço europeu, apoiando os Estados-Membros menos desenvolvidos, entre os quais se tem encontrado Portugal.

Os cinco ciclos de EEA Grants em Portugal podem ser estruturados em três fases distintas, em resultado dos seus enfoques e mecanismos de implementação:

- **Primeira fase (1994-2004):** Focada em projetos urbanos e ambientais, com ênfase na melhoria das infraestruturas básicas, preservação do património urbano e gestão ambiental. Teve como principais projetos notáveis a expansão do Metropolitano de Lisboa, a reabilitação urbana no Cento Histórico do Porto e da Vila Alte (Loulé), e a iniciativa "Velhos Guetos, Novas Centralidades", pioneira nas abordagens integradas em comunidades em situação de desvantagem social e económica;
- **Segunda fase (2005-2009):** Período de transição, caracterizado pela expansão das áreas temáticas apoiadas e pela inovação na governação, com cinco áreas temáticas principais: conservação do património cultural, ambiente e desenvolvimento sustentável, agricultura e florestas, cidadania e direitos humanos, e ciência e investigação;
- **Terceira fase (2010-2021):** Marcada por um avanço na estruturação, consolidação da governação e no fortalecimento da cooperação bilateral, com programas temáticos específicos com enfoque, por exemplo: no crescimento azul, nas alterações climáticas e economia circular, na cultura, na conciliação e igualdade de género, ou, na cidadania ativa.

## Financiamento e Implementação

A dotação financeira para os investimentos em Portugal aumentou progressivamente, começando em 105 milhões de euros (1994-1999), caindo para 21,3 milhões (1999-2003) e subindo para 102,7 milhões de euros no ciclo mais recente (2014-2021). Esta trajetória foi acompanhada por uma notável capacidade de execução dos projetos contratados.

## Principais Marcos da Implementação

1. **Qualificação progressiva dos mecanismos de gestão:** Criação da Unidade Nacional de Gestão, em 2012, e implementação de estruturas específicas para cada programa temático;

2. **Seleção estratégica de áreas setoriais:** Alinhamento das temáticas apoiadas com as prioridades nacionais e europeias, em complementaridade com outros fundos nacionais e europeus e respondendo a desafios emergentes;
3. **Geração de inovação nas políticas públicas:** Atuação como laboratório de novas abordagens a desafios contemporâneos, com projetos-piloto que posteriormente foram escalados ou influenciaram a configuração das políticas públicas de forma mais ampla;
4. **Redução das disparidades socioeconómicas:** Promoção da convergência interna através de uma geografia equilibrada de projetos e de intervenções em comunidades vulneráveis e impulso à convergência externa apoiando setores estratégicos como a economia azul e o fortalecimento das redes de cooperação internacional;
5. **Reforço das relações bilaterais:** Evolução de um aspeto complementar, nos primeiros ciclos, para um pilar estruturante nos ciclos mais recentes;
6. **Capacitação institucional abrangente:** Processo de reforço da capacidades transnacional e multiator, com o apoio a redes colaborativas entre instituições públicas, universidades, empresas e organizações da sociedade civil;
7. **Empoderamento dos atores na implementação de políticas públicas:** Promoção de um modelo de governação mais participativo, diverso e inclusivo, dando aos cidadãos cada vez mais meios e competências para participar no desenvolvimento sustentável.

### Contributos Significativos

Nestes 30 anos, os EEA Grants contribuíram significativamente para várias áreas em Portugal:

- **Políticas urbanas:** A iniciativa "Novos Bairros, Novas Centralidades" seguida da "Iniciativa Bairros Críticos" introduziram abordagens inovadoras na regeneração urbana em territórios em privação económica que foram posteriormente incorporadas noutros programas nacionais, como as Parcerias para Regeneração Urbana (QREN 2007-2023) ou nas Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (PRR);
- **Adaptação às alterações climáticas:** O projeto "ClimAdaPT.Local" permitiu que 26 municípios desenvolvessem estratégias de adaptação, antecipando a generalização dessas abordagens com o financiamento do POSEUR 2014-2020;
- **Economia azul:** Desenvolvimento de conhecimento científico e ferramentas para a gestão sustentável dos recursos marinhos, com projetos como "MARGov" e o financiamento do navio de investigação Mar Portugal (Mário Ruivo),. Concorrendo para a concretização da Estratégia Nacional do Mar (2021-2030);
- **Igualdade de género:** Criação do Sistema Estatístico Nacional sobre Igualdade de Género pelo Instituto Nacional de Estatística, contribuindo para diagnósticos mais precisos das desigualdades de género em Portugal;



- **Reforço da sociedade civil:** Os programas Cidadania Ativa (2009-2014) e Cidadãos Ativ@s (2014-2021) apoiaram centenas de projetos desenvolvidos por organizações não governamentais em áreas como a defesa dos direitos humanos e a inclusão social.

### Desafios e Recomendações

Apesar dos sucessos, persistem desafios na governação e execução do mecanismo financeiro que limitam a maximização do seu potencial :

- Excessiva complexidade administrativa para entidades gestoras e beneficiários;
- Escassez de recursos humanos nas estruturas de gestão para realizar funções de acompanhamento, controlo e disseminação;
- Insuficiente capacitação no ecossistema de implementação, para lidar com a complexidade burocrática e acelerar a inovação;
- Margens de densificação das práticas de avaliação, quer ao nível *ex-ante* quer *ex-post*.

### Recomendações estratégicas para futuros ciclos:

- Aprofundar soluções de simplificação administrativa;
- Reforçar ainda mais a cooperação bilateral e o alargamento das redes internacionais de atores;
- Desenvolver um plano integrado para o reforço de recursos humanos;
- Otimizar o modelo de articulação entre a Unidade Nacional e os Operadores de Programa;
- Criar um programa específico de capacitação para a gestão dos fundos bilaterais;
- Definir antecipadamente um plano de capacitação para o ecossistema de implementação;
- Alargar e robustecer as práticas de avaliação e de prestação de contas através: da realização de avaliações *ex-ante* e de operacionalização dos programas: da preparação e um plano de avaliação para o ciclo de implementação; da publicitação de resultados e de avaliações numa área específica do sítio web;
- Reforçar a estratégia de comunicação e visibilidade.

### Conclusão

Os EEA Grants estabeleceram-se como um instrumento financeiro com características distintivas e impacto transformador na sociedade portuguesa. A sua capacidade de selecionar áreas estratégicas, frequentemente antecipando prioridades que só mais tarde seriam reconhecidas pelas políticas públicas convencionais,

transformou-o num verdadeiro laboratório de inovação, com efeitos positivos que se prolongam muito para além do período de implementação de cada ciclo.

A implementação das recomendações propostas permitirá ultrapassar os desafios identificados e potenciar as características distintivas que tornaram os EEA Grants um instrumento de impacto transformador. Isto reforçará o seu papel como catalisador da inovação e do desenvolvimento sustentável em Portugal na próxima década.

# 1. Introdução

1. O presente documento **foi elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU)** para a Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants), no âmbito da prestação de serviços evento de celebração dos 30 anos de EEA Grants em Portugal, tendo como finalidade sistematizar a análise sobre os resultados e impactes da implementação nos últimos 30 anos do EEA Grants em Portugal.
2. **O Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu surgiu em 1994, como parte do acordo que permitiu à Islândia, Liechtenstein e Noruega aceder ao mercado interno europeu.** Enquanto contrapartida por este acesso, estes países comprometeram-se a contribuir para a redução das disparidades socioeconómicas no espaço europeu, apoiando os Estados-Membros menos desenvolvidos. Portugal, considerado então um país com significativas disparidades face à média europeia, tornou-se beneficiário deste instrumento desde a sua origem.
3. **Ao longo destas três décadas, o EEA Grants em Portugal evoluiu significativamente em termos de dotação financeira, áreas de intervenção, modelos de governança e abordagens estratégicas.** O presente documento estrutura esta evolução em três fases distintas: 1994-2004, marcada pelo enfoque em projetos urbanos e ambientais; 2005-2009, caracterizada pela expansão multissetorial e inovação na governança; e 2009-2021, definida pela multissetorialidade, governança avançada e cooperação bilateral reforçada.
4. A análise realizada **identifica os principais marcos da experiência portuguesa** na implementação deste mecanismo financeiro. Destaca-se o robustecimento gradual da dotação financeira, que partiu de 105 milhões de euros no primeiro ciclo (1994-1999), sofreu uma redução no segundo ciclo (21,3 milhões de euros, 1999-2003), para depois seguir uma trajetória ascendente até atingir 102,7 milhões de euros no ciclo mais recente (2014-2021). Este percurso foi acompanhado por uma notável capacidade de execução.
5. O **documento evidencia também a progressiva qualificação dos mecanismos de gestão**, com destaque para a criação da Unidade Nacional de Gestão em 2012, e a implementação de estruturas de gestão específicas para cada programa temático. A seleção criteriosa de áreas setoriais, procurou maximizar impactos através da complementaridade com outras fontes de financiamento e do alinhamento com as prioridades nacionais e europeias, constitui outro marco significativo.
6. Uma atenção particular é dedicada à **capacidade dos EEA Grants para gerar inovação nas políticas públicas portuguesas**, funcionando como laboratório para novas abordagens aos desafios contemporâneos. O documento destaca como exemplos emblemáticos a renovação das políticas urbanas a partir do programa.
7. Outro eixo de análise centra-se no **contributo do mecanismo para a redução das disparidades socioeconómicas**, tanto internas - através do apoio a comunidades desfavorecidas e organizações da sociedade civil - como externas - impulsionando setores estratégicos como a economia azul, exemplificada pelo Programa de Crescimento Azul.
8. O documento sublinha ainda o **progressivo reforço das relações bilaterais entre Portugal e os países doadores**, que evoluiu de um aspeto complementar nos primeiros ciclos para um pilar estruturante nos ciclos mais recentes. O amplo processo de capacitação em rede, transnacional e multi-ator, e o

empoderamento de diversos *stakeholders* na concretização das políticas públicas completam o quadro dos principais marcos identificados.

9. Esta análise dos 30 anos de implementação dos EEA Grants em Portugal **permite extrair lições valiosas sobre os fatores críticos de sucesso deste mecanismo financeiro**, oferecendo reflexões relevantes para a conceção e implementação de futuras iniciativas de cooperação financeira internacional no contexto europeu e para o próprio desenvolvimento do país nas próximas décadas.
10. A realização desta reflexão beneficiou não só um extenso conjunto de informação documental disponibilizada pela Unidade Nacional de Gestão, como de um conjunto de entrevistas a responsáveis políticos e técnicos que participaram, ao longo dos últimos 30 anos, na implementação do EEA Grants em Portugal, designadamente: Manuel Pisco (Coordenador do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu entre 2004-2009), Ana Isabel Resende (Coordenadora do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu entre 2009-2010), Madalena Callé Lucas (Coordenadora da Unidade Nacional de Gestão 2012-2017), Susana Ramos (Coordenadora da Unidade Nacional de Gestão 2017-2023), Maria Mineiro (Coordenadora da Unidade Nacional de Gestão 2023-...), João Ferrão (Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades entre 2005 e 2009), Maria João Freitas (LNEC). A todos eles prestamos o nosso agradecimento.

## 2. Objetivos e Contexto do EEA Grants em Portugal

11. O **Espaço Económico Europeu (EEE) é um bloco de cooperação que reúne os Estados-Membros da União Europeia (UE) e da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), com o objetivo de promover a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas.** A criação deste espaço de integração trouxe benefícios significativos para a economia europeia, facilitando não apenas o comércio, mas também o intercâmbio cultural entre os países participantes.
12. Por outro lado, as disparidades de desenvolvimento entre os diversos Estados Membros é uma das realidades que marca o espaço europeu, especialmente entre os países economicamente mais desenvolvidos e aqueles que enfrentam desafios estruturais em áreas como as infraestruturas, a educação ou a sustentabilidade ambiental.
13. Foi neste contexto que surgiu, em 1994, o EEA Grants, ou Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, **implementado como parte do acordo de cooperação económica e social celebrado entre a Islândia, Liechtenstein e a Noruega e os países da União Europeia (UE).** Enquanto contrapartida pelo acesso ao mercado europeu, estes países contribuem financeiramente para a coesão social e económica dentro do bloco, apoiando um mecanismo que tem como propósito central fortalecer a coesão e reduzir as disparidades económicas e sociais na Europa, garantindo que os países menos desenvolvidos progridem de forma equilibrada e sustentada.
14. Neste contexto, o EEA Grants, surge como uma resposta essencial para promover o desenvolvimento equilibrado em áreas estratégicas, fortalecendo a coesão europeia em três áreas prioritárias:
  - **Sustentabilidade Ambiental e Energética:** Esta área destina-se a fomentar práticas da economia verde, promovendo a eficiência energética, a redução das emissões de carbono e a conservação dos recursos naturais. Os projetos financiados visam, portanto, contribuir para os objetivos climáticos europeus e impulsionar uma transição justa para uma economia sustentável;
  - **Coesão Social e Inclusão:** O financiamento é direcionado para iniciativas que combatem a exclusão social e promovem a igualdade de oportunidades, beneficiando grupos vulneráveis, e fortalecem a inclusão social e o bem-estar das comunidades. Esses projetos visam reduzir as desigualdades, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa;
  - **Desenvolvimento Urbano e Infraestruturas:** Nesta área, os EEA Grants incentivam a modernização das zonas urbanas e a criação de infraestruturas sustentáveis. Os projetos apoiados nesta vertente visam melhorar a qualidade de vida nas cidades, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável e a resiliência das infraestruturas essenciais.
15. No caso de Portugal, **as áreas prioritárias que foram sendo selecionadas ao longo dos últimos 30 anos refletem as necessidades específicas do país em cada momento, bem como as prioridades da Política de Coesão da União Europeia e os instrumentos de política nacional,** criando sinergias importantes entre fontes de financiamento europeu. Ao atuar em conjunto com outras iniciativas europeias e nacionais, os EEA Grants contribuíram não só para o desenvolvimento sustentável do país, como proporcionaram um impacto ainda mais positivo e duradouro em diversas políticas públicas.

16. A trajetória dos EEA Grants **reflete uma evolução progressiva** que acompanhou as necessidades de desenvolvimento da Europa e os contextos económicos e sociais em transformação ao longo das últimas décadas. Instituídos pelo Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), estabelecido em 1992 e implementado em janeiro de 1994 e que constituiu uma inovação significativa nas relações entre os Estados-Membros da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) não pertencentes à União Europeia—nomeadamente Islândia, Liechtenstein e Noruega—e os países menos desenvolvidos do espaço europeu.
17. Esse acordo, estabeleceu a base legal e as diretrizes iniciais do programa, que concentrou os seus esforços na criação de infraestruturas básicas e na melhoria das condições de vida urbana em países como Portugal, Grécia, Espanha e Irlanda que até ao alargamento a Leste, foram os principais beneficiários dos recursos financeiros alocados, aplicando-os essencialmente em infraestrutura e na reabilitação urbana, em linha com as orientações de então da Política de Coesão, respondendo em resposta às disparidades de desenvolvimento no espaço europeu.
18. A estrutura deste **ciclo inicial (1994-1999), caracterizou-se pela definição de prioridades estratégicas focadas na coesão socioeconómica, incluindo a proteção ambiental, o desenvolvimento infraestrutural, a reabilitação urbana, a educação e a investigação científica**. A singularidade deste primeiro ciclo residiu na criação de um modelo de cooperação sem precedentes, no qual países externos à UE contribuíram diretamente para o desenvolvimento regional dentro do espaço comunitário. Por outro lado, o mecanismo destacou-se de outros instrumentos de financiamento europeus por uma implementação baseada em projetos específicos, em detrimento de transferências diretas aos orçamentos nacionais, permitindo uma maior transparência e impacto mensurável das intervenções.
19. Este ciclo fundacional, apesar de apresentar um orçamento limitado - aproximadamente 500 milhões de euros -, estabeleceu as bases estruturais e conceptuais para o crescimento do programa nas décadas subsequentes, transformando-se num instrumento fundamental de cooperação entre os países EFTA-EEE e a União Europeia.
20. O **segundo ciclo (1999-2004)** dos EEA Grants **consolidou a experiência adquirida no período anterior e expandiu o alcance do mecanismo financeiro**. Este período coincidiu com importantes transformações na arquitetura institucional europeia, incluindo a preparação para o alargamento aos países da Europa Central e de Leste. A dotação financeira conheceu um aumento significativo, atingindo aproximadamente os 800 milhões de euros, refletindo o compromisso reforçado dos países doadores com a redução das assimetrias económicas e sociais no Espaço Económico Europeu.
21. As prioridades temáticas mantiveram o enfoque das áreas fundamentais estabelecidas no ciclo anterior, mas evoluíram para novas dimensões, como o desenvolvimento do setor privado, a modernização da administração pública e o fortalecimento institucional. Esta nova etapa também se caracterizou por uma evolução na implementação de mecanismos de monitorização e na introdução de avaliações de impacto sistemáticas, bem como pela transição de uma abordagem centrada em projetos individuais para programas integrados, permitindo obter uma maior coerência estratégica e efeitos sinérgicos entre intervenções complementares.
22. Por outro lado, a **inovação metodológica constituiu outro elemento distintivo**, com a introdução do princípio de parceria bilateral como componente estrutural dos projetos financiados, promovendo a transferência de conhecimento e o estabelecimento de relações institucionais duradouras entre as entidades dos países doadores e dos beneficiários.
23. O **terceiro ciclo (2005-2009), distinguiu-se como um período de transformação fundamental**, coincidindo com o alargamento histórico da União Europeia em 2004, que incorporou dez novos Estados-Membros. Esta

expansão geográfica redefiniu o panorama dos beneficiários, introduzindo países como a Polónia, a República Checa, a Hungria e os Estados Bálticos, Malta e Chipre, no âmbito do programa.

24. O **envelope financeiro expandiu-se significativamente** para aproximadamente 1.3 mil milhões de euros, distribuídos através de dois mecanismos complementares: os EEA Grants (financiados pelos três países EFTA-EEE) e os Norway Grants (financiados exclusivamente pela Noruega). Esta estrutura bipartida permitiu uma diferenciação programática, com o segundo mecanismo a focar-se em domínios específicos como a energia, a inovação e a justiça.
25. As **prioridades temáticas refletiram os desafios da integração europeia, incluindo o desenvolvimento sustentável, as alterações climáticas, a conservação da biodiversidade, o património cultural, a saúde pública e a inclusão social de grupos vulneráveis**, particularmente das comunidades ciganas nos novos Estados-Membros. Por outro lado, a arquitetura institucional sofisticou-se com a criação de estruturas de gestão específicas nos países beneficiários e o estabelecimento de um secretariado central em Bruxelas. A implementação caracterizou-se pela introdução do conceito de "programas operacionais", alinhando-se metodologicamente com a abordagem dos fundos estruturais europeus.
26. Este ciclo **consolidou a dimensão bilateral como um elemento estratégico central**, estabelecendo relações estruturais entre as instituições homólogas dos países doadores e beneficiários, produzindo resultados que transcenderam o impacto imediato dos projetos financiados.
27. O **apoio a Organizações Não Governamentais como agentes de transformação social assumiu-se como um aspeto inovador**, visando promover a justiça social e os direitos humanos, bem como fortalecer as redes de apoio social e a capacidade de resposta da sociedade civil para enfrentar situações de vulnerabilidade, aspeto especialmente pertinente dada a necessidade de acelerar a integração económica e política da Europa, em resultado da grande expansão da União Europeia.
28. O **quarto ciclo (2009-2014)** dos EEA Grants desenvolveu-se num contexto marcado pela crise financeira global e pelas suas repercussões específicas no espaço europeu, resultando em crescentes disparidades socioeconómicas e em desafios orçamentais para os diversos Estados-Membros. A **alocação financeira atingiu 1.8 mil milhões de euros, refletindo o reconhecimento da necessidade de intensificar os mecanismos de solidariedade intraeuropeia** num período de constrangimentos económicos. A distribuição territorial expandiu-se com a inclusão da Bulgária e da Roménia, que aderiram à UE em 2007.
29. Este ciclo **introduziu uma abordagem programática reforçada, substituindo a lógica predominante de projetos individuais por programas temáticos** estruturados com objetivos, indicadores e sistemas de governação específicos. As áreas prioritárias foram redefinidas em função dos desafios atuais, incluindo a inovação, a competitividade empresarial, as energias renováveis, a adaptação às alterações climáticas, a sociedade civil e a cooperação.
30. A especificidade metodológica deste ciclo manifestou-se na **introdução do conceito de "operadores de programa"**, entidades intermédias responsáveis pela implementação setorial, e na criação de "fundos para relações bilaterais", instrumentos dedicados ao fortalecimento das parcerias entre entidades dos países doadores e beneficiários. A dimensão de capacitação institucional ganhou proeminência, reconhecendo-se que o desenvolvimento sustentável transcende a implementação de projetos isolados, requerendo o fortalecimento estrutural das instituições públicas e da sociedade civil nos países beneficiários.
31. Finalmente, o **quinto ciclo (2014-2021)** que está agora a concluir-se materializou-se **num contexto europeu caracterizado por múltiplas crises** — desde as consequências prolongadas da instabilidade financeira até aos

desafios migratórios, passando pelo crescimento de movimentos políticos eurocéticos em diversos Estados-Membros até à pandemia da COVID19.

32. A **dotação financeira atingiu níveis sem precedentes**, totalizando 2.8 mil milhões de euros, dos quais 1.5 mil milhões através dos EEA Grants e 1.3 mil milhões via Norway Grants. A Croácia, novo Estado-Membro da UE desde 2013, passou a integrar o conjunto de beneficiários, completando a cobertura geográfica do programa.
33. As **prioridades estratégicas evidenciaram uma focalização crescente em cinco áreas fundamentais**: a inovação e a competitividade económica; a inclusão social e o combate à pobreza; o ambiente, energia e alterações climáticas; a cultura, sociedade civil e cooperação regional; a justiça e assuntos internos.
34. Este **ciclo caracterizou-se pela introdução de instrumentos financeiros diferenciados**, incluindo o "Fundo para o Emprego Jovem" e o "Fundo para a Cooperação Regional", destinados a problemáticas transnacionais que transcendem fronteiras específicas. Estes mecanismos permitiram abordar desafios estruturais como o desemprego juvenil e o desenvolvimento regional integrado. A metodologia de implementação evoluiu para um modelo mais estratégico, com ênfase em resultados mensuráveis e impactos sistémicos. A dimensão bilateral intensificou-se através da definição de "parceiros de programa" oriundos dos países doadores, envolvidos desde a conceção até à implementação dos programas temáticos nos países beneficiários.
35. A **governança do mecanismo financeiro sofisticou-se** com a introdução de avaliações de risco sistemáticas, auditorias independentes e mecanismos de transparência reforçados, respondendo às exigências contemporâneas de prestação de contas e eficácia na utilização de fundos públicos.



## 3. Evolução do EEA Grants em Portugal

36. A implementação do EEA Grants em Portugal foi marcada pela evolução do programa apresentada anteriormente, no que respeita aos seus mecanismos de implementação e ao quadro de áreas prioritárias que em cada momento foram sendo colocadas ao dispor dos Estados Membros beneficiários. Mas também em virtude das opções nacionais seja quanto às formas de organização, seja quanto aos setores a serem objeto de financiamento.
37. Em traços gerais os cinco ciclos de EEA Grants em Portugal podem ser organizados em três fases, que refletem as transformações estruturais no próprio mecanismo financeiro e no contexto político-económico europeu. A primeira fase (1994-2003) foi estabelecida como consequência direta da assinatura do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, representando o período inicial de implementação do mecanismo financeiro. A segunda fase (2004-2009) foi marcada pela reformulação do mecanismo e pela introdução de novas metodologias de governança e pela diversificação das temáticas. A terceira fase (2009-2021) condicionada pelo contexto das crises globais e pelas suas repercussões na Europa e marcada pela consolidação dos programas temáticos e pelo aprofundamento da cooperação bilateral.

### 3.1. Primeira fase (1994 – 2004): enfoque em projetos urbanos e ambientais

38. O programa EEA Grants surgiu no contexto da fase inicial da integração europeia de Portugal, em que o país enfrentava desafios significativos de convergência económica, mas também de superação dos profundos atrasos sociais e infraestruturais, especialmente ao nível urbano, da mobilidade e do ambiente.
39. Assim, em Portugal, os fundos disponibilizados entre 1994 e 2004 foram especialmente direcionados para projetos que visavam melhorar as infraestruturas básicas, preservar o património urbano, incentivar práticas de gestão ambiental responsáveis e apoiar o desenvolvimento social em regiões com menos recursos. A estratégia dos EEA Grants foi por isso territorialmente abrangente e sectorialmente integrada, combinando esforços em diversas áreas para potenciar o desenvolvimento sustentável e equilibrado.
40. No primeiro e segundos ciclos, entre 1994 e 2004, os EEA Grants desempenharam um papel decisivo no **apoio a uma série de projetos singulares** voltados para a reabilitação urbana, para a qualificação de infraestrutura e para sustentabilidade ambiental. Destacam-se neste período os investimentos de grande escala na expansão da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, que estabeleceu a ligação do centro da cidade ao Parque das Nações, onde em 1998 se realizou a Exposição Mundial de Lisboa.
41. Esses **projetos não só melhoraram a infraestrutura de mobilidade, como ajudaram ao desenvolvimento urbano**, mormente, apoiando a promover o crescimento do turismo e a revalorização das áreas centrais. A expansão da rede de metropolitano da Cidade de Lisboa, entre São Sebastião até à recém construída Gare do Oriente mobilizou um investimento total de 25 milhões de euros, revelando-se uma iniciativa estratégica para descongestionar o tráfego automóvel na cidade e reduzir a poluição no centro de Lisboa. Por sua vez, a Reabilitação Urbana do Porto no centro histórico de Porto representou um investiu de mais de 41 milhões de euros e teve como principais objetivos a recuperação arquitetónica, a revitalização económica e a melhoria da qualidade de vida dos residentes.

42. Com foco no centro histórico da cidade, o Plano de Reabilitação Urbana do Porto visou modernizar o espaço urbano sem comprometer seu valor histórico. Este projeto abrangeu seis subprojectos integrando a melhoria de infraestrutura, como a criação de vias alternativas e a reestruturação de áreas de estacionamento.
43. Ainda neste âmbito, o Plano de Reabilitação Urbana de Alte, em Loulé, **teve um impacto significativo no fortalecimento da identidade local e na promoção de uma economia baseada no turismo sustentável**. A vila de Alte, conhecida por seu património arquitetónico e ambiental, recebeu investimentos para a revitalização do espaço urbano, incluindo a requalificação de espaços públicos e a criação de infraestrutura para serviços de proximidade. Além de melhorar a qualidade de vida dos residentes, o projeto contribuiu para o desenvolvimento da economia local, impulsionando pequenos negócios e incentivando a criação de serviços turísticos que respeitam a autenticidade da vila.
44. Finalmente, a iniciativa “Velhos Guetos, Novas Centralidades” procurou transformar áreas historicamente desfavorecidas em polos de desenvolvimento e inclusão. Em Rabo de Peixe, (Ribeira Grande), e no Bairro das Alagoas (Peso da Régua) , **ensaiaram-se pela primeira vez intervenções integradas de requalificação urbana e social, lançando uma nova forma de intervenção urbana em Portugal, que teria continuidade tanto com o apoio do EEA Grants (iniciativa Bairros Críticos) como da Política de Coesão (Parcerias para a Regeneração Urbana) ou mais recentemente pelo Plano de Recuperação e Resiliência (Comunidades Desfavorecidas)**.
45. Os projetos incluíram a renovação e reabilitação do sistema de abastecimento de água e de esgotos, a qualificação de espaços urbanos públicos, instalações desportivas, escolas e jardins de infância e providenciou espaços polivalentes para fins culturais e patrimoniais. Foram ainda financiados programas de formação profissional, atividades educacionais e extracurriculares para jovens, programas de consciencialização ambiental e de saúde e atividades para promover a sociedade civil e a cidadania.
46. Outro foco importante deste período foram os **investimento em projetos de gestão de resíduos e de tratamento de águas**. Entre os exemplos de sucesso destaca-se a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Almada, no Portinho da Costa, que teve a capacidade inicial de atender a 140 mil habitantes, com benefícios diretos na redução da contaminação das águas e a preservação de ecossistemas fluviais e costeiros, ao tratar as águas residuais das freguesias da Costa de Caparica, Trafaria e parte da Charneca de Caparica, Sobreda e Caparica, permitindo evitar o lançamento final de esgotos nas praias da Costa de Caparica.
47. A **gestão de resíduos sólidos** foi outra das áreas de grande importância para os EEA Grants neste primeiro ciclo, refletindo um compromisso com a sustentabilidade ambiental e a economia circular. Os projetos nessa área foram desenhados para promover práticas de reciclagem mais responsáveis, alinhando-se com as políticas europeias de proteção ambiental. A eliminação de resíduos sólidos – LIPOR (Porto), teve um impacto considerável na região , onde a LIPOR implementou um sistema de gestão de resíduos que prioriza a reciclagem e a redução de desperdícios. O projeto permitiu reduzir a quantidade de resíduos enviados a aterros e implementou soluções inovadoras para o tratamento de resíduos sólidos, beneficiando tanto o ambiente como a saúde pública. Por outro lado, o projeto de eliminação de resíduos sólidos – Valorsul (Lisboa), similar ao da LIPOR permitiu também melhorar significativamente a gestão de resíduos sólidos na Área Metropolitana de Lisboa. A infraestrutura criada possibilitou o tratamento eficaz dos resíduos, reduzindo o impacto ambiental e promovendo uma economia circular.
48. A **distribuição geográfica dos projetos apoiados neste primeiro ciclo demonstra uma abordagem inclusiva e descentralizada**, com foco em promover o desenvolvimento equilibrado entre as duas regiões metropolitanas e áreas mais isoladas, como a Região Autónoma dos Açores e rurais, como em Alte. Os projetos nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, responderam a necessidades urgentes de infraestruturas e

gestão de resíduos e de transportes, beneficiando a vasta população urbana dessas áreas. Por outro lado, as iniciativas nas regiões periféricas e rurais, revelaram um compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento territorial equilibrado.

49. Em suma, a implementação dos EEA Grants, entre 1994 e 2004, **ilustra o potencial de programas de cooperação internacional para promover o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial**. Os projetos apoiados, da reabilitação urbana e infraestrutura de transporte à gestão de resíduos, impactaram positivamente as condições de vida, a mobilidade e a sustentabilidade ambiental em diferentes regiões do país. Ao combinar investimentos em áreas urbanas e rurais, e ao promover abordagens integradas em comunidades urbanas em situação de pobreza, o programa contribuiu para reduzir disparidades regionais e fortalecer a coesão social.
50. No que concerne aos mecanismos de implementação do EEA Grants, **esta primeira fase revelou um modelo ainda embrionário caracterizado pela limitada dimensão financeira, pela abordagem centrada em projetos singulares**, pela ausência de uma unidade nacional específica de gestão e controlo, pelo enfoque num número limitado e essencialmente físico de prioridades e pela limitada cooperação bilateral entre as entidades dos países doadores e dos beneficiários que apenas se iniciou no ciclo de 1999-2004.

### 3.2 Segunda Fase (2005 – 2009): Expansão Multissetorial e Inovação na Governança

51. A **segunda fase dos EEA Grants em Portugal, poderia ser caracterizada como de transição entre uma etapa inicial e o período atual**, especialmente no que respeita ao modelo de organização e aos mecanismos de implementação.
52. Os investimentos apoiados pelo EEA Grants neste período revelaram uma concentração significativa em cinco grandes áreas de atuação, cada uma com impactos específicos no território e nas comunidades locais.
53. A **primeira área temática com grande expressão correspondeu à Conservação do Património Cultural**, tanto imóvel como móvel. Neste domínio, realizaram-se projetos emblemáticos como a "Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras", que foi reconhecida com prémios internacionais (Europa Nostra 2014), demonstrando o elevado nível de qualidade das intervenções realizadas, ou os projetos relacionados com Sintra, Património Mundial da UNESCO, com intervenções de restauro no Palácio de Monserrate, no Chalé da Condessa de Edla e no Jardim adjacente ao Parque da Pena.
54. O **impacte destes investimentos na conservação do património cultural manifesta-se em múltiplas dimensões**. Por um lado, contribuiu para a preservação de elementos patrimoniais de elevado valor histórico e cultural, assegurando a sua transmissão para as gerações futuras. Por outro, potenciou a valorização turística destes espaços, criando novas oportunidades de desenvolvimento económico local e nacional. Por outro lado, a intervenção no Laboratório HERCULES, em Évora, **ilustra a dimensão científica destes impactes**, com a criação de infraestruturas avançadas para o estudo e preservação do património cultural. Este caso **demonstra como os investimentos nesta área transcenderam a mera conservação física do património, criando capacidade científica instalada que perdurou para além do período de financiamento**.
55. A **segunda área temática com expressão significativa correspondeu ao Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, com projetos focados na monitorização ambiental, na reabilitação ecológica e na promoção da biodiversidade. O projeto MONICAN, que implementou um observatório para a monitorização do Canhão da

Nazaré, é exemplificativo da aposta em infraestruturas científicas para o estudo de fenómenos naturais de excecional relevância.

56. **Os impactes dos projetos ambientais manifestam-se na melhoria dos indicadores de qualidade ambiental, na conservação da biodiversidade e na sensibilização das populações para as questões ambientais.** A "Recuperação Ecológica do Cabeço Santo", em Águeda, representa um caso de sucesso na eliminação de espécies invasoras e no restauro de habitats naturais, com benefícios diretos para a biodiversidade local e a potencial de replicabilidade noutros territórios. Este projeto ilustra como o financiamento do EEA Grants permitiu intervenções de base científica com impactes ambientais positivos e mensuráveis.
57. A **terceira área com expressão considerável foi a Agricultura e Floresta**, onde se destacaram projetos de desenvolvimento rural sustentável e de prevenção de incêndios florestais. Por exemplo, o projeto "RecurSus", implementado nos concelhos de Mértola e Barrancos, focou-se na exploração sustentável dos montados de sobro e azinho, promovendo a multifuncionalidade destes sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais. O impacte destes projetos refletiu-se na sustentabilidade das práticas agrícolas e florestais, na valorização dos conhecimentos tradicionais e na prevenção de riscos naturais como os incêndios. Neste âmbito, o projeto "Rural Value", em Castro Verde, desenvolveu temáticas relacionadas com a sustentabilidade da agricultura, biodiversidade e formação de jovens agricultores, criando uma ponte entre o conhecimento científico e as práticas agrícolas locais. **Esta dimensão formativa representou um impacte significativo para a sustentabilidade futura das atividades económicas em territórios rurais.**
58. A **quarta área temática relevante correspondeu à Cidadania e aos Direitos Humanos**, com intervenções em áreas urbanas críticas (Iniciativa Bairros Críticos) e a promoção da participação cívica. Os projetos de qualificação e reabilitação em bairros como a Cova da Moura (Amadora), Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto) evidenciam a preocupação com a inclusão social e a melhoria das condições de vida em contextos urbanos desfavorecidos. O impacte destes projetos manifesta-se no reforço da coesão social, na capacitação das populações e na melhoria das infraestruturas urbanas. O projeto "Assoma-te", em Beja, focado na promoção da participação cívica dos jovens, ilustra a dimensão inclusiva destes investimentos, com particular atenção aos contextos de maior vulnerabilidade social. Estes projetos demonstram a **capacidade do EEA Grants para intervir em problemáticas sociais complexas, com abordagens participativas que valorizam o capital social das comunidades.**
59. A **quinta área corresponde à Ciência e Investigação**, com projetos de investigação aplicada nas áreas da saúde e da monitorização ambiental. O projeto de "Prevenção e Diagnóstico precoce do cancro", no Porto, representa a continuidade de uma colaboração de longa data entre Portugal e a Noruega, demonstrando a dimensão de cooperação internacional deste mecanismo financeiro. **O impacte destes projetos de investigação traduziu-se na criação de conhecimento científico, no desenvolvimento de metodologias inovadoras e na formação de recursos humanos altamente qualificados.** O projeto RIRCE, nos Açores, focado na criação de um registo informatizado de crianças com epilepsia, exemplifica o potencial dos investimentos em investigação para a melhoria dos serviços de saúde e qualidade de vida das populações.
60. A análise das tipologias de projetos financiados pelo EEA Grants em Portugal revela padrões interessantes que refletem tanto as prioridades definidas pelo mecanismo financeiro como as necessidades específicas do contexto português.
61. A **tipologia com maior expressão corresponde aos Projetos de Conservação e Valorização Patrimonial**, com sete intervenções apoiadas. Esta predominância reflete a importância do património cultural como ativo estratégico para o desenvolvimento territorial em Portugal. Os projetos nesta tipologia caracterizam-se pela abordagem integrada à conservação, combinando intervenções físicas de restauro com dimensões de

investigação, educação e valorização turística. A "Rede do Património do Xisto", no Fundão, exemplifica esta abordagem integrada, promovendo a conservação de um património vernacular distintivo, associado à identidade cultural da região Centro. A intervenção nas Aldeias do Xisto não se limitou à conservação física dos edifícios, mas integrou uma estratégia mais ampla de valorização turística e cultural destes territórios rurais.

62. A **segunda tipologia com maior expressão corresponde aos Projetos Ambientais e de Biodiversidade**, com doze intervenções apoiadas. Esta forte presença da dimensão ambiental reflete a prioridade dada pelos países financiadores às questões da sustentabilidade ambiental e da conservação da natureza. Os projetos desta tipologia caracterizaram-se por **abordagens científicas à gestão dos recursos naturais, combinando monitorização, intervenção direta e sensibilização das populações**. O projeto "Flora de Sicó", implementado em seis municípios da região Centro, ilustra esta abordagem integrada, com a criação de conteúdos, materiais e serviços para o conhecimento e conservação da flora local. A **dimensão de sensibilização ambiental, presente em muitos destes projetos, constitui um elemento distintivo** que potenciou a sustentabilidade das intervenções a longo prazo.
63. A **terceira tipologia projeto mais implementada correspondeu aos Projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável**, com cinco intervenções. Estes projetos caracterizaram-se pela promoção de atividades económicas sustentáveis em contextos rurais, com particular ênfase nos sistemas agroflorestais tradicionais. O projeto "A Conservação dos Urzais e o Desenvolvimento Sustentável no Planalto da Mourela", em Montalegre, exemplifica a integração de práticas tradicionais de gestão do território com objetivos de conservação da natureza e prevenção de incêndios. A reabilitação de uma antiga casa florestal para centro de interpretação ilustra a dimensão educativa e turística destes projetos, criando novas funções para estruturas tradicionais.
64. A **quarta tipologia mais relevante correspondeu aos Projetos de Inclusão Social e Cidadania**, com seis intervenções identificadas. Estes projetos caracterizaram-se pelo foco em grupos sociais vulneráveis e territórios urbanos desfavorecidos, com abordagens participativas que promovem o *empowerment* das comunidades. O projeto "Casa Eco Criativa", em Sesimbra, focado na educação para a sexualidade e cidadania responsável, ilustra a combinação entre as dimensões formativas e artísticas, criando espaços criativos para a expressão e desenvolvimento dos jovens.
65. Finalmente, a **quinta tipologia identificada correspondeu aos Projetos de Investigação Científica Aplicada**, com três intervenções. Estes projetos **caracterizaram-se pela forte componente de investigação e desenvolvimento**, estabelecendo pontes entre o conhecimento científico e as problemáticas sociais e ambientais concretas. A cooperação com a Noruega, constituiu uma dimensão relevante nesta tipologia, reforçando as redes de cooperação científica entre Portugal e os países financiadores.
66. A **análise da distribuição geográfica dos investimentos** do EEA Grants em Portugal neste período revela padrões territoriais que merecem uma reflexão aprofundada. O primeiro aspeto a destacar é a diversidade territorial dos investimentos, que abrangeram desde áreas urbanas densamente povoadas (Lisboa, Porto, Amadora) até territórios rurais de baixa densidade (Mértola, Barrancos, Montalegre). Esta diversidade reflete uma abordagem equilibrada ao desenvolvimento territorial, reconhecendo as diferentes necessidades e potencialidades de cada contexto. A presença de projetos nos Açores (Angra do Heroísmo) demonstra igualmente **que mesmo as regiões ultraperiféricas foram contempladas nesta geografia de investimentos**.
67. Um segundo aspeto relevante é a identificação de concentrações temáticas regionais. A **região de Lisboa e Vale do Tejo apresentou uma predominância de projetos ligados ao património cultural (Sintra) e à regeneração urbana (Amadora, Lisboa)**, enquanto o **Alentejo concentrou os projetos de desenvolvimento rural sustentável e conservação da biodiversidade** (Mértola, Castro Verde, Mourão). Esta especialização

temática regional poderá refletir tanto as prioridades definidas pelos atores locais como as características específicas dos territórios.

68. Relativamente à tipologia de territórios abrangidos, **verificou-se uma distribuição relativamente equilibrada entre as áreas urbanas, rurais e costeiras**. Os projetos em áreas urbanas focaram-se predominantemente nas questões da inclusão social e da reabilitação urbana (Cova da Moura, Vale da Amoreira, Lagarteiro). Nos territórios rurais, predominaram os projetos de desenvolvimento sustentável e de valorização dos recursos endógenos (Montalegre, Mértola, Castro Verde). Nas áreas de elevado valor natural, como Sintra (Património Mundial), Serra da Estrela ou Peneda-Gerês, realizaram-se projetos focados na conservação da biodiversidade e na gestão sustentável dos recursos. Finalmente, nas áreas costeiras, como a Nazaré, realizaram-se projetos de monitorização ambiental e de promoção da sustentabilidade marinha.
69. Em suma, os investimentos apoiados pelo EEA Grants em Portugal, no período 2005-2009, **apresentaram um padrão diversificado e equilibrado, tanto em termos temáticos como territoriais**. A concentração em áreas como a conservação do património cultural, o ambiente e desenvolvimento sustentável, a agricultura e floresta, a cidadania e os direitos humanos, e a investigação, reflete um alinhamento com as prioridades europeias de desenvolvimento sustentável, coesão social e valorização do património.
70. A **diversidade de tipologias de projetos implementados, desde a conservação patrimonial até à investigação científica aplicada, passando pelo desenvolvimento rural sustentável e a inclusão social, demonstra a flexibilidade deste mecanismo financeiro para responder a diferentes necessidades e contextos**. A geografia da abordagem, cobriu territórios urbanos e rurais, centrais e periféricos, contribuindo para o reforço da coesão territorial e para a valorização dos ativos específicos de cada região.
71. Os **impactes gerados por estes investimentos manifestam-se em múltiplas dimensões: na conservação e valorização do património cultural e natural, na promoção da sustentabilidade ambiental, no desenvolvimento das economias rurais resilientes, na inclusão social de comunidades vulneráveis e na criação de conhecimento científico com aplicações concretas**. A dimensão de cooperação internacional, particularmente com a Noruega, constitui um valor acrescentado significativo, reforçando as redes europeias de colaboração e intercâmbio de conhecimentos.
72. Este período **ficou também marcado por avanços na governança e capacitação técnica**. A governança dos EEA Grants evoluiu significativamente com a criação de uma unidade técnica em Portugal. Esse modelo permitiu uma implementação mais organizada e colaborativa dos projetos, facilitando a execução e monitorização de resultados. Um dos principais avanços dessa fase foi a introdução de sistemas de gestão orientados para os resultados. Essa metodologia inclui métricas de monitorização que permitiram avaliar a eficiência e a sustentabilidade dos projetos, um modelo que ganhou destaque nas políticas de coesão da UE nos anos subsequentes.

### 3.3 Terceira Fase (2009 – 2021): Multissetorialidade, Governança Avançada e Cooperação Bilateral

73. O período compreendido entre 2009 e 2021, constituiu a terceira fase de execução dos EEA Grants em Portugal, marcando uma etapa de profunda transformação, maturação e consolidação do mecanismo financeiro. Esta fase distinguiu-se das anteriores por uma **aprofundamento estrutural da arquitetura de implementação e por um reposicionamento estratégico das prioridades de financiamento**, que refletiu tanto os desafios globais emergentes como as necessidades específicas do contexto português.

74. O aspeto mais emblemático desta fase consistiu na estruturação operacional dos mecanismos de gestão do programa em Portugal, em linha com que aconteceu no espaço europeu. A **criação de uma arquitetura de implementação organizada por programas temáticos representou uma rutura com o modelo anterior**, conferindo maior coerência e especialização à intervenção. Esta nova abordagem permitiu um alinhamento mais eficaz entre os recursos disponibilizados e as prioridades estratégicas definidas, potenciando o impacto dos investimentos realizados.
75. Um **marco institucional fundamental desta fase foi a criação de uma unidade de missão dedicada, com funções de coordenação nacional e de ponto focal**. Esta estrutura, que perdura até ao presente, conferiu continuidade e consistência à gestão do programa, garantindo a memória institucional e a transferência de conhecimento entre os diferentes ciclos de financiamento. A sua permanência constitui um indicador relevante da eficácia do modelo adotado neste período. Por outro lado, **o modelo de gestão implementado caracterizou-se pela descentralização das responsabilidades executivas para estruturas especializadas por programa temático**, integradas nas agências públicas ou nos departamentos ministeriais responsáveis pelas respetivas áreas de política. A título exemplificativo, o programa dedicado à conservação e revitalização do património cultural ficou sob a tutela da Direção-Geral do Património Cultural, enquanto o programa focado no Clima foi gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente. Esta **integração nas estruturas administrativas sectoriais assegurou a competência técnica necessária para a seleção e acompanhamento dos projetos, bem como o alinhamento dos investimentos com as políticas públicas nacionais**.
76. Noutro plano, **a terceira fase dos EEA Grants caracterizou-se por uma expansão significativa das áreas prioritárias de financiamento**. Esta diversificação temática refletiu uma maior sensibilidade para os desafios globais emergentes, com destaque para as alterações climáticas, o fortalecimento da sociedade civil e a redução das desigualdades sociais.
77. Um **terceiro aspeto distintivo desta fase foi o aumento significativo da notoriedade do mecanismo financeiro em Portugal**. Este resultado decorreu de uma estratégia deliberada de reforço dos instrumentos de comunicação e divulgação, que incluiu a criação de plataformas digitais dedicadas, a realização de eventos públicos e a produção de materiais informativos de qualidade. A presença na internet foi substancialmente melhorada, com o desenvolvimento de um portal dedicado aos EEA Grants em Portugal, que funcionou como repositório de informação e como plataforma de divulgação de oportunidades e resultados. Este portal registou um crescimento constante do número de visitantes ao longo do período. A organização regular de seminários e workshops temáticos contribuiu para a disseminação de conhecimento e para a criação de redes entre promotores e stakeholders. Entre 2009 e 2021, foram realizados mais de 200 eventos desta natureza, com uma participação estimada de 12.000 pessoas, abrangendo todas as regiões do país.
78. A **cooperação bilateral entre Portugal e os países doadores assumiu uma dimensão central nesta fase dos EEA Grants**. Esta ênfase manifestou-se em duas vertentes principais: o incentivo a projetos que envolvessem parcerias entre entidades portuguesas e dos países doadores, e a criação de um fundo bilateral específico para o financiamento de iniciativas de intercâmbio e transferência de conhecimento. Por outro lado, as condições de acesso a várias linhas de financiamento privilegiaram candidaturas que incluíssem parcerias com entidades da Islândia, Liechtenstein ou Noruega, fomentando a criação de consórcios internacionais. Esta exigência traduziu-se num aumento expressivo do número de projetos desenvolvidos em colaboração.
79. O fundo bilateral, gerido pela unidade de missão, financiou um conjunto diversificado de iniciativas de cooperação, como visitas de estudo, seminários conjuntos e projetos-piloto de pequena escala. Estas atividades contribuíram para o **estabelecimento de relações institucionais duradouras**, que transcenderam o período de financiamento dos projetos formais e geraram dinâmicas de colaboração autossustentáveis. Um exemplo emblemático desta cooperação foi o programa de intercâmbio entre hospitais portugueses e noruegueses na

área da saúde mental, que envolveu a formação de profissionais, a partilha de boas práticas e a implementação de metodologias inovadoras de intervenção comunitária. Esta colaboração produziu resultados tangíveis na melhoria dos serviços prestados e na capacitação técnica das instituições portuguesas envolvidas.

80. A análise dos 212 projetos financiados, entre 2009 e 2014, pelos 8 programas temáticos permite compreender as prioridades de investimento, a natureza das intervenções e o seu alcance territorial, revelando um panorama diversificado de iniciativas com impactos multidimensionais. Uma **das áreas de intervenção mais expressivas nesse período foi a "Gestão das Águas Marinhas e Costeiras"**. Este domínio recebeu um número substancial de projetos destinados à proteção, monitorização e valorização dos recursos marinhos e costeiros portugueses, refletindo a importância estratégica do mar para o país. Projetos emblemáticos nesta área incluem o "SNIMar - Preparação de informação geográfica integrada para a gestão das águas marinhas e costeiras", que desenvolveu uma infraestrutura de dados espaciais marinha para melhorar a coordenação e partilha de informações entre instituições, ou o "BIOMETORE - Biodiversidade nos Montes Submarinos: a Madeira-Tore e Grande Meteor", focado na biodiversidade de áreas marinhas profundas, contribuindo para a implementação da Diretiva-Quadro de Estratégia Marinha da UE. **O impacto destes investimentos manifestou-se em várias dimensões, desde a melhoria da infraestrutura científica através da aquisição e adaptação de navios com Sistema de Posicionamento Dinâmico até à ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade marinha portuguesa**, especialmente em ecossistemas pouco estudados.
81. Paralelamente, diversas iniciativas neste setor dedicaram-se à monitorização ambiental, como o "Project Type IV - Oil Spill and Illegal Fishing", que implementou capacidades de deteção precoce de derrames de petróleo e pesca ilegal, reforçando a proteção ambiental e económica. A componente educativa também se destacou, com projetos como "Encontros de Mar", "Biodiversidade do nosso Mar" e "MARE vai à escola", que **promoveram a literacia oceânica entre jovens e comunidades educativas**, estabelecendo bases para uma consciencialização a longo prazo sobre a importância da sustentabilidade marinha.
82. **Outra área importante de investimento foi a adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos.** Um exemplo notável é o projeto "Portal do Clima", que criou uma plataforma de acesso a dados climáticos para diversos stakeholders, incluindo investigadores, decisores políticos e público em geral. Esta iniciativa estabeleceu uma base de conhecimento científico fundamental para a implementação de políticas informadas. Neste contexto, o projeto "AdaptForChange" destacou-se por abordar os desafios de reflorestação em zonas semiáridas no contexto das alterações climáticas, desenvolvendo um Plano de Adaptação de Mértola às Alterações Climáticas para os setores florestal e agrícola. Este tipo de iniciativa teve um impacto direto nas práticas de gestão territorial em regiões vulneráveis, contribuindo para aumentar a resiliência de ecossistemas frágeis face a condições climáticas cada vez mais extremas.
83. **Um dos projetos mais abrangentes nesta área foi o "ClimAdaPT.Local"**, que desenvolveu Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas para 27 municípios, formando mais de 200 técnicos municipais e criando uma Rede de Municípios de Adaptação Local às Alterações Climáticas, com 30 câmaras municipais signatárias. **O seu impacto é particularmente significativo na capacitação institucional ao nível local para enfrentar os desafios das alterações climáticas**, criando uma estrutura de conhecimento e cooperação que perdura para além do período de financiamento, a Rede Adapt. Estes esforços, em conjunto, **contribuíram para a resiliência climática do território e das comunidades portuguesas, num contexto de crescente vulnerabilidade a fenómenos climáticos extremos.**
84. Um volume significativo de projetos dos EEA Grants concentrou-se no **fortalecimento da sociedade civil e da promoção da cidadania ativa**, com a implementação do Programa "Sociedade Civil" que teve a Fundação Calouste Gulbenkian como operadora de programa. Estas iniciativas abordaram os desafios sociais urgentes, como a integração de imigrantes e minorias, através de projetos como "Imigrantes, Género e Cidadania" e



"Comunidades ativas contra o tráfico", que demonstram o foco na proteção de grupos vulneráveis. No campo do combate à violência doméstica, iniciativas como "Novos Rostos" e "3 Ds Direitos e Deveres pela Dignidade" promoveram a sensibilização e a intervenção nesta problemática social, criando redes de apoio e desenvolvendo metodologias de intervenção adaptadas à realidade portuguesa.

85. O empoderamento de jovens em risco recebeu atenção através de projetos como "Projet'Arte" e "PRONUTRISENIOR", que focaram o desenvolvimento de competências profissionais e pessoais em grupos vulneráveis, facilitando a sua integração social e económica. Simultaneamente, diversos projetos como "Capacita" e "SEMEAR" direcionaram-se para o fortalecimento institucional e desenvolvimento de competências das organizações da sociedade civil, potenciando a sua capacidade de intervenção e sustentabilidade. Esta abordagem multifacetada à cidadania ativa reflete uma compreensão da complexidade dos desafios sociais e da necessidade de intervenções articuladas a vários níveis, desde o individual ao institucional.
86. Na área da saúde pública, os investimentos concentraram-se particularmente na saúde mental, nutrição e investigação epidemiológica. O "Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico" e o "Inquérito Serológico Nacional" **destacaram-se como iniciativas estruturantes que forneceram dados cruciais para a definição de políticas de saúde pública em Portugal, colmatando lacunas importantes na disponibilidade de informação epidemiológica.** Estes estudos de base populacional constituem um legado duradouro, estabelecendo linhas de base para a monitorização futura de indicadores de saúde críticos.
87. Em paralelo, o projeto "MH CRISIS IMPACT" avaliou os efeitos da crise económica na saúde mental da população, enquanto o "STOP DEPRESSION" implementou um modelo de intervenção para depressão nos cuidados de saúde primários. Estes projetos **responderam a necessidades emergentes no contexto socioeconómico português, com particular relevância no período pós-crise financeira.** No campo da nutrição, projetos como "NUTRITION UP 65" e "PEN-3S" focaram-se especificamente nas questões nutricionais da população idosa, contribuindo para reduzir desigualdades em saúde neste grupo etário crescente na sociedade portuguesa. Esta atenção a grupos vulneráveis específicos revela uma **preocupação com a equidade em saúde, alinhada com os valores fundamentais dos EEA Grants.**
88. A **promoção da igualdade de género recebeu apoio através de projetos diversos e complementares.** O projeto "Os Papéis dos Homens numa Perspetiva de Igualdade de Género" produziu o Livro Branco sobre homens e igualdade de género em Portugal, contribuindo significativamente para o conhecimento e debate sobre esta temática no país. Por sua vez, o projeto "Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho" realizou o primeiro grande levantamento sobre esta temática desde 1994, fornecendo dados atualizados essenciais para a formulação de políticas e intervenções nesta área sensível. No contexto empresarial, projetos como "Working Generation" e "Break Even" focaram-se especificamente no **desenvolvimento de ferramentas para promover a igualdade de género no local de trabalho,** trabalhando diretamente com o setor privado para implementar práticas mais equitativas. Esta diversidade de abordagens à igualdade de género, desde a investigação até à intervenção prática, passando pela sensibilização, ilustra a complexidade do tema e a necessidade de intervenções a múltiplos níveis para alcançar mudanças estruturais.
89. Os **projetos de diversidade e intercâmbio cultural financiados pelos EEA Grants destacaram-se pela forte componente de cooperação com parceiros dos países doadores.** Iniciativas como "Write a Science Opera (WASO)" e "Circus Lab" exemplificam a transferência de metodologias e práticas artísticas inovadoras, com impacto nas comunidades educativas e artísticas portuguesas. Estes projetos **contribuíram não apenas para o desenvolvimento cultural e artístico, mas também para o estabelecimento de redes de cooperação internacionais duradouras.**

90. Neste domínio, o projeto "Rotas de Sefarad" merece particular destaque pela sua abordagem ao património cultural judaico em Portugal, incluindo a reabilitação de edifícios para infraestruturas museológicas. Esta iniciativa conjugou a valorização do património material e imaterial com o desenvolvimento do turismo cultural, **contribuindo para a diversificação económica de regiões do interior e para a preservação de uma componente importante da identidade histórica portuguesa.**
91. Analisando as tipologias de projetos financiados pelos EEA Grants em Portugal, é possível identificar diversas categorias com características e impactos distintos. **Vários projetos envolveram investimentos significativos em infraestruturas físicas e equipamentos**, como é o caso da aquisição de navios oceanográficos, da implementação da Central Geotérmica do Pico Alto nos Açores (3,5 MWe), e da criação de infraestruturas de monitorização como a Rede de Rastreo Comunitária. Estes projetos geralmente requereram maiores volumes de financiamento e tiveram **impactos duradouros nas capacidades técnicas e científicas nacionais**, dotando Portugal de meios fundamentais para prosseguir objetivos estratégicos em áreas prioritárias.
92. Uma parte considerável do financiamento destinou-se a **programas de formação e capacitação de profissionais em diversas áreas**, desde profissionais de saúde em projetos como "PRONUTRISENIOR" e "STOP DEPRESSION", até técnicos municipais em "ClimAdaPT.Local" e formação em igualdade de género no setor empresarial em "Break Even". Estes projetos **contribuíram para o desenvolvimento de capital humano e para a sustentabilidade a longo prazo dos investimentos, ao criarem competências endógenas nas organizações beneficiárias**. Esta abordagem reflete uma preocupação com a continuidade dos impactos para além do período de financiamento, potenciando efeitos multiplicadores através da disseminação de conhecimento e boas práticas.
93. Numerosos projetos **concentraram-se também na produção de conhecimento científico e no desenvolvimento de sistemas de monitorização**. O "IOGENERATION", por exemplo, relacionou o estado do iodo com o desempenho cognitivo em crianças, enquanto o "SIMOcean" desenvolveu sistemas integrados para monitorização do oceano. Estes projetos tipicamente **produziram relatórios, estudos e bases de dados que continuam a informar políticas públicas e decisões de gestão após o término do financiamento**, constituindo um contributo significativo para a base de evidência científica em áreas críticas para o desenvolvimento sustentável de Portugal.
94. Uma categoria expressiva de projetos centrou-se na **sensibilização para questões específicas**, como a literacia oceânica, alterações climáticas, igualdade de género e cidadania ativa. "Cadeias Tróficas Marinhas", "Clima@EduMedia" e "Idearia" são exemplos desta abordagem, que procurou aumentar a consciencialização e o conhecimento sobre temáticas fundamentais junto de públicos diversificados. Estes projetos frequentemente envolveram comunidades educativas, produziram materiais didáticos e realizaram campanhas de comunicação pública, **contribuindo para uma mudança gradual de atitudes e comportamentos**.
95. Diversos projetos **focaram-se ainda na criação de ferramentas metodológicas**, como o "HAT - Hospital Affordability Tool" para avaliação de vulnerabilidade às alterações climáticas em empreendimentos hoteleiros, ou o "IGOS" que desenvolveu instrumentos para avaliar medidas legislativas de promoção da igualdade de género. Estas iniciativas tiveram como característica distintiva a produção de recursos reutilizáveis e adaptáveis a diferentes contextos e utilizadores, **ampliando o potencial de replicação e disseminação dos resultados**.
96. A análise da distribuição geográfica dos investimentos dos EEA Grants neste período revela padrões interessantes que refletem tanto as prioridades estratégicas como as especificidades territoriais do país. A **maioria dos projetos analisados teve um âmbito nacional, cobrindo todo o território português**, o que sugere uma preocupação com a coesão territorial e a distribuição equitativa dos benefícios. Isto é particularmente evidente em projetos relacionados com políticas públicas, como o "Portal do Clima" ou os

diversos inquéritos nacionais na área da saúde, cujos resultados e ferramentas têm aplicabilidade em todo o território.

97. Entre os projetos com âmbito geográfico específico, **verificou-se uma concentração significativa na região de Lisboa**. Projetos como "Olhó peixe fresquinho" e o "Centro Anti-Discriminação VIH/SIDA" refletem esta tendência, possivelmente explicada pela densidade populacional e pela concentração de instituições públicas e organizações da sociedade civil na capital. Esta concentração levanta questões sobre a necessidade de reforçar mecanismos que garantam uma distribuição mais equilibrada dos recursos, **assegurando que regiões menos centrais têm igual oportunidade de beneficiar destes financiamentos**.
98. Os **Açores emergem como uma região de particular relevo, especialmente em projetos relacionados com as energias renováveis**. A Central Geotérmica do Pico Alto, diversos cursos de pós-graduação em energia geotérmica na Islândia e outros projetos similares evidenciam uma estratégia consistente de apoio à transição energética nesta região autónoma. Este foco pode ser explicado tanto pelas necessidades específicas e potencial de desenvolvimento dos Açores neste domínio, como pelo potencial de cooperação com os países doadores, particularmente a Islândia, que possui conhecimento avançado em geotermia.
99. Projetos como "SOWAMO - Semear Água na Montanha de Monchique" no Algarve interior ou "AdaptForChange" no Alentejo demonstram **a atenção a regiões do interior do país**, frequentemente mais vulneráveis a fenómenos como a desertificação e os incêndios florestais. **Estas iniciativas, embora menos numerosas, tiveram um potencial impacto significativo nestas regiões**, abordando desafios específicos relacionados com a gestão sustentável dos recursos naturais em contextos de elevada vulnerabilidade climática.
100. O Norte do país também recebeu atenção significativa, com projetos como "Menor Empregabilidade" e diversas iniciativas de desenvolvimento local sustentável. Estas intervenções respondem às necessidades socioeconómicas específicas desta região, particularmente em termos de criação de emprego e desenvolvimento de competências em grupos vulneráveis.
101. **Uma característica distintiva dos EEA Grants é a sua forte componente de cooperação internacional que fortemente reforçada a partir de 2010**. Este facto evidencia-se pelos numerosos projetos envolvendo parceiros noruegueses, islandeses ou do Liechtenstein. Esta dimensão é particularmente evidente na área cultural e artística, com projetos como "Mothers", "ZYG" e "Hand Full of Shells and Feet Full of Flowers", mas estendeu-se também a áreas técnicas e científicas. Esta cooperação **não apenas enriqueceu os projetos com conhecimento e experiências diversificadas, mas também fortaleceu os laços entre Portugal e os países doadores**, criando redes de colaboração que perduram para além do período de financiamento.
102. Em suma, a análise dos projetos financiados pelos EEA Grants em Portugal entre 2005 e 2009 revela um programa de investimento diversificado e estratégico, com **ênfase em áreas prioritárias para o desenvolvimento sustentável do país. Os impactos destes investimentos manifestaram-se em múltiplas dimensões, desde a melhoria de infraestruturas físicas e técnicas até ao desenvolvimento de capital humano e à sensibilização social**. As diferentes tipologias de projetos implementados demonstram uma abordagem abrangente aos desafios socioeconómicos e ambientais, combinando intervenções estruturantes com iniciativas de capacitação e sensibilização. Por outro lado, a **distribuição geográfica dos investimentos, embora tenha apresentando algumas concentrações específicas, evidencia um esforço de coesão territorial e de cooperação internacional**.
103. O ciclo de 2014 a 2021 deu continuidade à trajetória 2009-2014, constituindo uma fase determinante na evolução dos EEA Grants, em Portugal. Este ciclo de financiamento **representou a materialização plena da arquitetura programática desenvolvida na fase anterior**, consolidando o modelo de gestão por programas temáticos e o

aprofundando da abordagem multisetorial que já se havia iniciado. Durante este período, os EEA Grants alcançaram um nível de implementação e de maturidade ainda maior, estabelecendo-se como um instrumento financeiro de referência no panorama do desenvolvimento sustentável no país.

104. A **implementação dos EEA Grants neste período decorreu num contexto de desafios significativos para Portugal e para a Europa, incluindo a recuperação da crise económica, a emergência das alterações climáticas como prioridade política e os novos compromissos europeus e internacionais em matéria de desenvolvimento sustentável**, com destaque para a Agenda 2030 das Nações Unidas. Estes desafios moldaram a orientação estratégica dos programas e refletiram-se nas prioridades de investimento definidas.
105. O modelo de implementação adotado para o período 2014-2021 estruturou-se em torno de cinco programas temáticos complementares, que em conjunto constituíram uma resposta integrada aos principais desafios de desenvolvimento sustentável de Portugal. Esta abordagem permitiu maximizar as sinergias entre os diferentes setores e potenciar o impacto dos investimentos realizados.
106. O **Programa Crescimento Azul** emergiu como um vetor estratégico fundamental, reconhecendo a importância da economia do mar para um país com uma extensa linha costeira e uma Zona Económica Exclusiva de dimensão significativa. Este programa atribuiu uma importância central ao trinómio desenvolvimento-inovação-empresariado, com um enfoque particular nas Pequenas e Médias Empresas (PME) ligadas à economia azul. A abordagem adotada **caracterizou-se pela promoção ativa de parcerias entre o setor empresarial e as instituições de ensino e investigação, criando pontes para a transferência de conhecimento e para a transformação de inovação científica em valor económico**.
107. Um exemplo emblemático desta abordagem foi o projeto MARineSIM, que proporcionou à Escola Superior Náutica Infante D. Henrique a aquisição de simuladores marítimos avançados, **reforçando a sua capacidade formativa e respondendo a uma lacuna crítica de recursos humanos qualificados no setor marítimo**. Esta intervenção ilustra a visão estratégica do programa, que procurou abordar estrangulamentos estruturais no desenvolvimento da economia azul em Portugal.
108. No domínio empresarial, destacaram-se projetos como o MICROBOOST, FLYPASS, NOxAqua, Blue Control Centre e InFishMix, que **apoiaram empresas no desenvolvimento e comercialização de tecnologias inovadoras para a economia marítima**. Estes projetos **demonstram como o programa conseguiu catalisar a inovação empresarial** num setor estratégico para a economia portuguesa, contribuindo para a sua competitividade internacional.
109. O **Programa Ambiente refletiu a crescente centralidade das questões ambientais e climáticas na agenda política europeia e internacional**. A sua orientação para a melhoria do estado dos ecossistemas e para a redução dos impactos negativos da poluição e de outras atividades humanas traduziu-se numa abordagem multifacetada, que incluiu **intervenções nas áreas da adaptação às alterações climáticas, da economia circular e da descarbonização**.
110. Um dos projetos mais significativos neste domínio foi a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às Alterações Climáticas, que desenvolveu uma abordagem integrada à resiliência territorial, incorporando componentes hidrológicas, ecossistémicas e culturais. Este projeto revelou-se particularmente relevante na **resposta aos devastadores incêndios de 2017, que afetaram severamente a região Centro de Portugal**, e estabeleceu-se como uma referência para intervenções futuras de reabilitação de linhas de água no país. O seu alinhamento com a Estratégia Biodiversidade UE 2030 e com a Lei do Restauro da Natureza evidencia a consonância do programa com as prioridades europeias nesta matéria.

111. Também se destacou o projeto dirigido às Reservas da Biosfera, que adotou uma **abordagem territorial integrada, valorizando o património natural em articulação com as comunidades locais**. A elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável através de metodologias participativas constituiu um elemento inovador, promovendo a apropriação das estratégias pelas comunidades e estabelecendo quadros programáticos para o desenvolvimento diferenciado destes territórios únicos.
112. No domínio da economia circular, o projeto Oeste + Recicla representou um exemplo concreto de aplicação deste paradigma emergente, através da implementação de um Sistema de Depósito e Devolução de garrafas de plástico em todos os municípios da Região Oeste. Esta iniciativa **contribuiu para a redução dos resíduos plásticos e para a sensibilização das populações para a importância da reciclagem**, ilustrando o potencial dos projetos-piloto para a transformação dos comportamentos e das práticas de consumo.
113. O **Programa Conciliação e Igualdade de Género** assumiu um papel crucial na concretização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030. A sua atuação em áreas como a igualdade de género, a conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar, e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica refletiu um **compromisso sólido com a transformação das relações de género na sociedade portuguesa**.
114. Um dos projetos mais significativos neste domínio foi a criação do Sistema Estatístico Nacional sobre Igualdade de Género pelo Instituto Nacional de Estatística. Esta iniciativa representa um avanço fundamental na disponibilização de informação estatística desagregada por sexo em várias dimensões da vida social, económica e política, **contribuindo para um diagnóstico mais rigoroso das desigualdades e para a formulação de políticas públicas mais informadas e eficazes**. A disponibilização destes dados a todos os utilizadores e à sociedade em geral constitui um contributo significativo para a transparência e para a sensibilização pública relativamente a estas questões.
115. O **Programa Cidadãos Ativ@s**, coordenado pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a Fundação Bissaya Barreto, representou uma **abordagem inovadora ao fortalecimento da sociedade civil**. A sua gestão por duas instituições independentes do Estado conferiu-lhe uma autonomia significativa e permitiu uma atuação mais próxima do tecido associativo. O programa visou promover a sustentabilidade e a capacidade das organizações não governamentais a longo prazo, reconhecendo o seu papel fundamental na promoção da democracia, da cidadania ativa e dos direitos humanos.
116. As suas áreas de intervenção incluíram a promoção da democracia, da boa governação e da transparência; a defesa dos direitos humanos e da igualdade de tratamento; a justiça social e a inclusão de grupos vulneráveis; e a capacitação das organizações da sociedade civil. Esta abordagem holística ao fortalecimento do setor não governamental **contribuiu para uma sociedade civil mais robusta e interventiva, capaz de participar ativamente nos processos de desenvolvimento do país**.
117. O **Programa Cultura** centrou-se no papel das artes, da cultura e do património no desenvolvimento local e regional, com particular atenção para a criação de emprego, a inclusão social e a coesão territorial. A sua abordagem integrou a **promoção do empreendedorismo cultural, a gestão e preservação do património, e o desenvolvimento de atividades culturais e educativas**. Teve como projetos emblemáticos a criação do Estaleiro Museu do Porto Brandão, em Almada, a reabilitação do Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, na Lourinhã, e as intervenções em imóveis classificados nas freguesias de Fenais da Luz e Fenais da Ajuda, na Ribeira Grande, nos Açores. Estas iniciativas **permitiram não apenas a reabilitação do património edificado, mas também a criação de novos espaços de dinamização cultural e de promoção da interação entre as comunidades locais, as instituições científicas e as autarquias**. A valorização da cultura costeira, presente

em muitos destes projetos, reflete a articulação estratégica com outros programas, nomeadamente o Crescimento Azul.

118. Também se destacou o projeto "FILMar: Digitalização do Património Cinematográfico", realizado pela Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, que empreendeu a preservação e divulgação do património fílmico português relacionado com o mar. Esta iniciativa ilustra a importância atribuída ao património imaterial e à sua disponibilização ao público, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural portuguesa e para a sua projeção internacional.
119. Um aspeto distintivo da implementação dos EEA Grants neste período foi o seu contributo para a coesão territorial, através de uma distribuição equilibrada dos investimentos pelas diferentes regiões do país, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. **Esta abordagem territorial contribuiu para a redução das assimetrias regionais e para a valorização dos ativos específicos de cada território.** Os projetos nas Reservas da Biosfera e a reabilitação de património nas ilhas açorianas exemplificam esta dimensão territorial do programa. A elaboração de **Planos de Desenvolvimento Sustentável para as Reservas da Biosfera, utilizando metodologias participativas, constituiu um exercício inovador de planeamento territorial**, que procurou conciliar a preservação dos valores naturais com o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais.
120. Por outro lado, a cooperação bilateral entre Portugal e os países doadores – Islândia, Liechtenstein e Noruega – reforçou a sua centralidade neste período. As **parcerias estabelecidas nos diversos projetos contribuíram para a transferência de conhecimento e boas práticas, enriquecendo as intervenções realizadas e contribuindo para a sua sustentabilidade.** O projeto MARineSIM, por exemplo, beneficiou da colaboração com instituições norueguesas com experiência reconhecida na formação marítima, permitindo a adoção dos padrões mais avançados neste domínio. Do mesmo modo, o projeto de gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira incorporou conhecimentos e metodologias desenvolvidas na Noruega no âmbito da adaptação às alterações climáticas em regiões montanhosas.
121. Os programas e projetos implementados neste período **contribuíram significativamente para a concretização de políticas públicas nacionais e para o cumprimento de compromissos internacionais assumidos por Portugal.** O alinhamento com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, com a Estratégia Biodiversidade UE 2030, e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas evidencia a relevância dos EEA Grants para o posicionamento de Portugal no contexto europeu e internacional.
122. A criação do Sistema Estatístico Nacional sobre Igualdade de Género, por exemplo, constituiu um contributo direto para o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no âmbito da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e da Plataforma de Ação de Pequim.
123. Em suma, o ciclo de 2014 a 2021 **representou uma nova fase de consolidação e aprofundamento dos EEA Grants em Portugal.** A implementação estruturada em torno de cinco programas temáticos complementares, a abordagem integrada aos desafios do desenvolvimento sustentável, a promoção da coesão territorial e o fortalecimento da cooperação bilateral constituíram elementos distintivos que marcaram esta fase. Os projetos desenvolvidos neste período **deixaram um legado significativo em diversos domínios, desde a inovação empresarial e a sustentabilidade ambiental até à igualdade de género e à valorização do património cultural.** O seu contributo para a concretização das políticas públicas nacionais e para o cumprimento de compromissos internacionais evidencia a relevância estratégica deste mecanismo financeiro para Portugal.

124. A experiência acumulada neste período e as boas práticas identificadas constituem uma base sólida para ciclos futuros de financiamento, permitindo uma evolução contínua e uma adaptação às novas prioridades e desafios que se colocam ao desenvolvimento sustentável do país. **A capacidade demonstrada para abordar questões complexas e multidimensionais, mobilizando diversos atores e promovendo abordagens inovadoras, constitui um ativo valioso para o futuro dos EEA Grants em Portugal.**

(página propositadamente deixada em branco)



## 4. Principais marcos da experiência de implementação

125. A evolução do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) em Portugal caracterizou-se por um progressivo robustecimento financeiro, das estruturas de governança e gestão e nas áreas temáticas de financiamento, o que contribuiu decisivamente para a eficácia na implementação e para a concretização dos resultados esperados.
126. A análise deste percurso evolutivo permite identificar um conjunto de fatores críticos de sucesso que sustentaram a capacidade nacional de absorção eficaz dos fundos disponibilizados e de transformação destes recursos em impactos tangíveis para a sociedade portuguesa. A identificação destes fatores críticos oferece lições valiosas para a conceção e implementação de outros instrumentos financeiros internacionais e para futuras fases de programação dos EEA Grants em Portugal.

### 4.1. Robustecimento gradual da dotação financeira

127. A evolução do mecanismo financeiro EEA Grants em Portugal **caracteriza-se por um robustecimento gradual da dotação financeira ao longo dos diversos períodos de programação**, permitindo uma ampliação progressiva do alcance e profundidade das intervenções realizadas. Esta trajetória espelha tanto o reconhecimento da relevância deste instrumento para o desenvolvimento do país como a capacidade demonstrada na implementação eficaz dos fundos disponibilizados.
128. A análise da evolução da dotação financeira dos EEA Grants em Portugal revela um percurso de crescimento significativo, embora não linear, ao longo das diferentes fases de implementação. No ciclo inicial, compreendido entre 1994 e 1999, **Portugal beneficiou de um apoio substancial de 105 milhões de euros sob a forma de subvenção a fundo perdido, complementado por 315 milhões de euros de empréstimos bonificados**. Este montante considerável refletiu o contexto específico da adesão relativamente recente de Portugal à Comunidade Europeia e a necessidade de investimentos significativos para promover a convergência com os padrões europeus em diversas áreas.
129. Contudo, **o período subsequente, entre 1999 e 2003, registou uma redução expressiva da dotação, que se cifrou em apenas 21.2 milhões euros**. Esta contração significativa, representou uma diminuição de aproximadamente 80% face ao período anterior, em resultado da redução global da alocação financeira por parte dos países doadores.
130. A partir deste momento, **inicia-se uma trajetória consistente de crescimento da dotação financeira. No período 2004-2009, o montante atribuído a Portugal ascendeu a 30 milhões euros**, representando um aumento de cerca de 41% face ao período anterior. Esta recuperação parcial sinalizou não só um maior esforço dos países doadores na coesão do espaço europeu, mas também um renovado compromisso com o instrumento e um reconhecimento dos resultados positivos alcançados nas fases anteriores.
131. O período **2009-2014 consolidou esta tendência de crescimento, com uma dotação líquida de 53 milhões euros**, praticamente duplicando o valor do período precedente. Este aumento substancial permitiu alargar significativamente o âmbito das intervenções e contribuiu para a diversificação das áreas temáticas abrangidas pelo mecanismo.

132. Finalmente, **no período mais recente, entre 2014 e 2021, a subvenção atribuída a Portugal atingiu o seu valor máximo histórico de 102,7 milhões de euros**, ultrapassando pela primeira vez desde o período inicial a barreira dos 100 milhões de euros. Este montante, que representa um aumento de quase 92% face ao período anterior, permitindo uma expansão sem precedentes da capacidade de intervenção dos EEA Grants em território nacional.
133. Esta evolução da dotação financeira, partindo de um valor inicial elevado, passando por uma redução acentuada e seguindo depois uma trajetória de crescimento sustentado até atingir um novo máximo histórico, **reflete a maturação do mecanismo ao nível europeu, mas também o reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento de Portugal**. O regresso a níveis de financiamento equiparáveis aos do período inicial, após mais de duas décadas, demonstra a valorização crescente deste instrumento no contexto das relações entre Portugal e os países doadores.
134. Um aspeto particularmente relevante da implementação dos EEA Grants em Portugal **tem sido a notável eficácia na execução dos fundos disponibilizados e no cumprimento dos objetivos estabelecidos**. A conclusão de 100% dos projetos contratados, ao longo dos vários períodos de programação anteriores, constitui um indicador inequívoco desta eficácia, especialmente notável quando comparada com outros instrumentos financeiros internacionais. Esta capacidade de execução integral dos fundos disponibilizados reflete a existência de estruturas de gestão eficientes e de mecanismos de acompanhamento adequados, bem como a qualidade dos projetos selecionados e a competência das entidades que os executam. Adicionalmente, evidencia a existência de uma elevada procura por parte dos potenciais beneficiários, que permite a seleção dos projetos mais promissores e com maior potencial de impacto.
135. O **sucesso na execução financeira foi acompanhado pela concretização dos resultados tangíveis contratualizados, contribuindo para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para cada período de programação**. Esta eficácia no alcance dos resultados esperados constitui um fator determinante para a valorização progressiva do mecanismo por parte dos países doadores, que se reflete no aumento consistente da dotação financeira atribuída a Portugal.
136. O aumento progressivo da dotação financeira dos EEA Grants em Portugal, produziu impactos significativos em diversas dimensões. Em primeiro lugar, **permitiu alargar o âmbito temático das intervenções, abrangendo progressivamente novas áreas prioritárias**. Se nos períodos iniciais o foco se concentrou num conjunto mais restrito de domínios, o aumento dos recursos possibilitou a inclusão de novas áreas como as alterações climáticas, a economia circular, o crescimento azul ou o fortalecimento da sociedade civil, para citar apenas alguns exemplos. Em segundo lugar, a **disponibilidade acrescida de recursos permitiu alargar significativamente o número de beneficiários diretos e indiretos das intervenções, maximizando o alcance territorial e social do mecanismo**. Comunidades anteriormente não abrangidas puderam beneficiar de projetos nas suas áreas de residência, contribuindo para a coesão territorial e para a redução das assimetrias regionais.
137. Por último, **o aumento da dotação financeira possibilitou o reforço da componente de cooperação bilateral, um dos pilares fundamentais dos EEA Grants**. Recursos mais significativos puderam ser canalizados para iniciativas de intercâmbio, transferência de conhecimento e estabelecimento de parcerias entre entidades portuguesas e dos países doadores, fortalecendo as relações institucionais e criando condições para colaborações duradouras que transcendem o período formal de financiamento.

## 4.2. Progressiva qualificação dos mecanismos de gestão

138. A trajetória dos EEA Grants em Portugal caracteriza-se por um **progressivo robustecimento do seu modelo de governança, cujo desenvolvimento teve como marco fundamental a criação, em 2012, da Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE)**. Esta estrutura assumiu a responsabilidade pela gestão estratégica do mecanismo, pelo acompanhamento e coordenação da sua execução, e pelo estabelecimento de relações de proximidade com os países doadores e com o Financial Mechanism Office (FMO).
139. Esta **unidade veio colmatar lacunas anteriormente identificadas, funcionando como ponto focal para todos os intervenientes e garantindo a coerência global da implementação do mecanismo em território nacional**. A sua estabilidade institucional permitiu a acumulação e capitalização de conhecimento, contribuindo para uma crescente eficácia operacional e para um diálogo mais fluido e produtivo com os parceiros internacionais.
140. Complementarmente, **foram estabelecidas estruturas de gestão específicas para cada programa temático, aumentando a capacidade de coordenação, acompanhamento e articulação ao nível setorial**. Esta descentralização operacional da gestão enfrentou inicialmente dificuldades resultantes da inexperiência destas estruturas nos procedimentos específicos dos EEA Grants, que gradualmente foram superadas através de processos de capacitação e da acumulação de experiência prática.
141. A **conceção e implementação dos programas por entidades com fortes ligações aos respetivos setores revelou-se uma opção estratégica acertada, permitindo mobilizar conhecimento técnico especializado, alinhar as intervenções com as políticas públicas setoriais** e desenvolver uma elevada capacidade de adaptação a contextos específicos. Esta ancoragem setorial das estruturas de gestão traduziu-se numa maior eficácia na entrega de resultados e numa maior relevância das intervenções financiadas para as necessidades e prioridades nacionais.
142. Um **pilar fundamental da robustez do modelo foi a adoção de Sistemas de Gestão e Controlo** rigorosos e a implementação de mecanismos eficazes e sistemáticos de verificação e controlo da despesa. Esta abordagem rigorosa à gestão financeira resultou em níveis residuais de irregularidade e na ausência de situações de fraude, reforçando a confiança dos países doadores na capacidade nacional de gestão e contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo do mecanismo.
143. Observou-se **também uma evolução significativa em direção a uma gestão baseada em resultados, com uma atenção crescente aos efeitos e impactos das intervenções, por oposição a um enfoque exclusivo na execução financeira e física**. Esta mudança de paradigma contribuiu para uma maior transparência e um melhor entendimento do valor acrescentado do mecanismo para a sociedade portuguesa.
144. Simultaneamente, **verificou-se um aumento da importância atribuída às atividades de comunicação e à visibilidade do mecanismo e dos projetos financiados**, com resultados positivos na notoriedade e na valorização da marca EEA Grants. Esta estratégia materializou-se na realização regular de eventos e na publicação de materiais informativos sobre a implementação do MFEEE, na cooperação estreita com a Embaixada Real da Noruega em Lisboa, no aumento do número de iniciativas com **visibilidade nacional promovidas pelos beneficiários e operadores de programa, e na utilização crescente de ferramentas digitais**.
145. Este percurso evolutivo do modelo de governança dos EEA Grants em Portugal, caracterizado por uma estruturação progressiva, pela especialização setorial das estruturas de gestão, pelo rigor nos procedimentos e pela orientação para resultados, **constitui uma experiência relevante sobre o desenvolvimento de**

**capacidade institucional para a implementação eficaz de mecanismos financeiros, com lições valiosas para outros contextos e programas.**

### 4.3. Seleção criteriosa de áreas setoriais maximizando impactes

146. A implementação dos EEA Grants caracterizou-se por um alargamento gradual das áreas setoriais apoiadas até 2009, seguido de uma fase de estabilização num portfólio compacto, mas estratégico, de domínios de intervenção. **Esta evolução reflete uma abordagem deliberada de concentração de recursos em áreas prioritárias**, permitindo alcançar massa crítica e produzir resultados tangíveis e sustentáveis.
147. Um aspeto distintivo deste mecanismo financeiro tem sido a sua capacidade de **selecionar áreas setoriais que respondem simultaneamente a múltiplos critérios estratégicos**. Em primeiro lugar, observa-se um cuidadoso alinhamento entre as prioridades definidas pelos países doadores no âmbito dos EEA Grants pelas prioridades europeias da Política de Coesão e com as prioridades estabelecidas nas políticas públicas nacionais, criando sinergias e maximizando o valor acrescentado das intervenções financiadas.
148. Adicionalmente, **o mecanismo tem demonstrado capacidade para responder com agilidade aos novos desafios que emergem no contexto da política pública nacional, posicionando-se como um instrumento complementar que contribui para a implementação de estratégias inovadoras em áreas emergentes**. Esta flexibilidade permitiu que os EEA Grants assumissem um papel catalisador em domínios onde as abordagens tradicionais se revelavam insuficientes.
149. Um **terceiro critério relevante na seleção das áreas de intervenção tem sido a identificação de domínios onde existe maior insuficiência de financiamento no âmbito da Política de Coesão da União Europeia**. Esta complementaridade estratégica permitiu colmatar lacunas importantes e, em diversos casos, antecipar investimentos que posteriormente foram integrados nos instrumentos financeiros europeus, demonstrando o carácter precursor e inovador do mecanismo.
150. Os EEA Grants **têm igualmente evidenciado capacidade para responder aos desafios emergentes ao nível internacional, alinhando-se com agendas globais como as alterações climáticas, a igualdade de género ou o fortalecimento da sociedade civil**. Esta dimensão internacional das intervenções contribui para o posicionamento de Portugal no contexto dos compromissos multilaterais e para a projecção de uma imagem de país empenhado na resposta aos desafios comuns.
151. Por último, **a seleção das áreas de intervenção tem privilegiado domínios em que a cooperação bilateral com os países doadores pode constituir uma mais-valia tanto para Portugal como para esses países**. Este critério reflete a natureza dual do mecanismo, que visa simultaneamente reduzir disparidades socioeconómicas e fortalecer relações bilaterais, criando oportunidades de aprendizagem mútua e de desenvolvimento de parcerias duradouras.
152. As **escolhas setoriais realizadas e a consistência na sua gestão ao longo do tempo têm permitido consolidar mudanças e investimentos em áreas estratégicas**. Exemplos significativos incluem o apoio à reabilitação urbana entre 2004 e 2009, que contribuiu para a revitalização de centros históricos degradados; o investimento continuado na adaptação às alterações climáticas entre 2009 e 2021, antecipando a centralidade que esta temática viria a assumir nas políticas públicas; o financiamento do Navio de Investigação Mário Ruivo entre 2009 e 2021, colmatando uma lacuna crítica nas infraestruturas científicas nacionais; o apoio consistente à igualdade de género no mesmo período, contribuindo para avanços significativos neste domínio; e o

investimento contínuo no fortalecimento das ONGs desde 2004, reconhecendo o papel vital da sociedade civil numa democracia vibrante.

153. Esta abordagem estratégica e consistente à seleção e gestão das áreas de intervenção constitui um elemento diferenciador dos EEA Grants em Portugal, contribuindo decisivamente para a sua eficácia e para o seu impacto duradouro na sociedade portuguesa.

#### 4.4. Geração de inovação nas políticas públicas

154. A **execução dos EEA Grants em Portugal tem-se distinguido por um enfoque estratégico na inovação, funcionando como laboratório para novas abordagens aos desafios contemporâneos**. O mecanismo tem privilegiado consistentemente projetos que introduzem metodologias novas ou significativamente melhoradas para resolver desafios sociais, ambientais e económicos, posicionando-se como catalisador de transformações em diversos domínios da sociedade portuguesa.
155. Esta **dimensão inovadora manifesta-se frequentemente através de projetos que envolvem a adaptação de práticas internacionais ao contexto local, beneficiando das oportunidades proporcionadas pelas redes bilaterais com os países doadores**. A cooperação com entidades da Noruega, Islândia e Liechtenstein tem permitido a transferência de conhecimento e de boas práticas, que são posteriormente adaptadas às especificidades nacionais. Complementarmente, **o mecanismo tem apoiado experiências piloto com potencial para informar e influenciar o desenvolvimento de políticas públicas**, funcionando como incubadora de soluções inovadoras que, comprovada a sua eficácia, podem ser ampliadas e integradas em estratégias mais abrangentes.
156. Esta **dimensão inovadora manifesta-se em iniciativas concretas como o projeto "ClimAdaPT.Local" (2014-2016), que permitiu a 26 municípios portugueses desenvolverem estratégias de adaptação às alterações climáticas, antecipando-se à generalização destas abordagens**. Também o projeto "Building Green Infrastructure for Biodiversity" (2018-2021), implementado em Lisboa, introduziu soluções baseadas na natureza para a gestão urbana, adaptando práticas já consolidadas na Noruega para o contexto mediterrânico. Por outro lado, A cooperação com entidades dos países doadores **tem proporcionado transferências significativas de conhecimento, como por exemplo nas áreas da saúde ou da literacia sobre os Oceanos**.
157. Outro **exemplo de inovação e impacte pode ser identificado ao nível das políticas urbanas**. O programa "Novos Bairros, Novas Centralidades" apoiado pelo EEA Grants marcou o início de uma forma de operacionalizar as políticas urbanas em Portugal, introduzindo abordagens integradas e participativas na regeneração de áreas degradadas. Esta metodologia evoluiu significativamente na "Iniciativa Bairros Críticos", consolidando práticas inovadoras que combinavam intervenção física com dinamização socioeconómica. A visão holística e os modelos de governança desenvolvidos nestes programas foram subsequentemente incorporados em múltiplas intervenções de regeneração urbana apoiadas por fundos europeus e nacionais nas últimas duas décadas, transformando estruturalmente as formas de intervenção urbana em contextos multiproblemáticos.
158. Um outro aspeto particularmente relevante da execução dos EEA Grants em Portugal **tem sido a sua atuação preventiva e antecipatória, identificando desafios emergentes e desenvolvendo intervenções pioneiras que precedem abordagens mais robustas e generalizadas**. Esta capacidade de antecipação, associada a uma visão estratégica e prospetiva, contribui para que os impactos do mecanismo nas diversas políticas públicas em Portugal sejam significativos e duradouros, transcendendo o horizonte temporal dos projetos individuais. O carácter antecipatório dos EEA Grants evidencia-se em intervenções como o "Programa Oeste + Recicla" (2019-2021), que implementou um sistema de depósito e devolução de garrafas de plástico na região Oeste, antecipando a implementação da Diretiva Europeia sobre Plásticos de Uso Único. Também o "Projeto FILMar"

(2018-2021), ao digitalizar e preservar o património cinematográfico português relacionado com o mar, antecipou políticas mais abrangentes de preservação digital do património cultural.

159. A **sustentabilidade das mudanças geradas pelos EEA Grants tem sido amplamente reconhecida pelos diversos stakeholders envolvidos, evidenciando a capacidade do mecanismo para produzir transformações estruturais que perduram para além do período de financiamento**. Não obstante, é por vezes apontada a necessidade de assegurar a continuidade dos projetos e de financiar a sua manutenção após o término do apoio inicial. Esta preocupação tem sido parcialmente mitigada através da integração gradual das iniciativas bem-sucedidas em programas financiados por outras fontes, demonstrando o efeito catalisador e multiplicador dos EEA Grants na mobilização de recursos adicionais para domínios prioritários. A sustentabilidade das intervenções comprova-se em casos como o "Centro de Interpretação Ambiental da Serra da Estrela" (2008-2011), que continua a funcionar como polo educativo e turístico mais de uma década após o financiamento inicial. O Sistema Estatístico Nacional sobre Igualdade de Género, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística com financiamento dos EEA Grants (2015-2018), foi posteriormente integrado nas operações regulares da instituição, garantindo a continuidade da recolha e análise de dados desagregados por género.
160. A **capacidade de mobilizar financiamentos complementares** observa-se no caso do "Living Lab de Descarbonização da Mata do Buçaco" (2017-2020), que após a fase piloto financiada pelos EEA Grants obteve apoio do Fundo Ambiental Nacional para expandir as suas atividades. De forma similar, as metodologias desenvolvidas no projeto "IMPEC - Inclusão de Mulheres Presidiárias através de Educação e Cultura" (2016-2019) foram posteriormente adotadas e financiadas pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.
161. **Esta combinação de inovação documentada, antecipação estratégica comprovada e sustentabilidade verificável constitui uma marca distintiva da execução dos EEA Grants em Portugal, contribuindo decisivamente para o seu reconhecimento como um instrumento financeiro com impacto transformador** e duradouro na sociedade portuguesa.

## 4.5. Redução das disparidades socioeconómicas internas e externas

162. Os **EEA Grants em Portugal têm vindo a concretizar um duplo objetivo estruturante**: por um lado, de redução das disparidades socioeconómicas internas através de intervenções transformadoras em comunidades vulneráveis; por outro, impulsionando a convergência externa do país ao catalisar o desenvolvimento de setores económicos emergentes e estratégicos, como a economia azul, a descarbonização e as indústrias criativas.
163. A **implementação dos EEA Grants em Portugal tem-se caracterizado por uma intervenção transversal e estratégica em domínios cruciais para o desenvolvimento sustentável** do país, destacando-se particularmente o apoio às comunidades desfavorecidas e o impulso à economia azul.
164. O mecanismo financeiro construiu, ao longo de mais de duas décadas, **um histórico significativo de intervenções centradas nas comunidades desfavorecidas**, seguindo duas linhas de atuação complementares e igualmente relevantes. Por um lado, através do financiamento de projetos urbanos integrados entre 1994 e 2009, que introduziram abordagens inovadoras à regeneração de territórios vulneráveis, combinando a requalificação física com a dinamização socioeconómica e a valorização cultural.

165. A iniciativa "Novos Bairros, Novas Centralidades", implementada entre 2004 e 2009, constituiu um marco nesta trajetória, desenvolvendo intervenções em bairros degradados das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto que estabeleceram novos paradigmas para a intervenção em contextos urbanos desfavorecidos. A metodologia participativa, o enfoque integrado e a valorização dos ativos locais que caracterizaram estas intervenções influenciaram posteriormente a "Iniciativa Bairros Críticos" e **disseminaram-se por múltiplos programas de regeneração urbana apoiados por fundos europeus e nacionais.**
166. Paralelamente, o **apoio consistente às organizações da sociedade civil entre 2004 e 2021 constituiu outra vertente fundamental do contributo dos EEA Grants para o combate à pobreza e para a promoção da inclusão social.** O Programa Cidadãos Ativ@s, gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a Fundação Bissaya Barreto, financiou centenas de projetos desenvolvidos por organizações não governamentais em áreas como a defesa dos direitos humanos, a integração de grupos vulneráveis e a promoção da cidadania ativa.
167. Iniciativas emblemáticas como o projeto "ECOAR - Empregabilidade, Competências e Recursos" (2015-2017), que apoiou a integração socioprofissional de pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa, ou o "Programa É UMA VIDA" (2018-2020), focado na prevenção da violência contra pessoas idosas no interior do país, exemplificam a diversidade e o impacto das intervenções apoiadas.
168. Os **efeitos dos projetos financiados pelos EEA Grants neste domínio têm sido múltiplos e duradouros.** O carácter inovador das abordagens desenvolvidas repercutiu-se noutros programas de financiamento, através da apropriação de práticas bem-sucedidas e da sua integração em políticas públicas. Simultaneamente, o apoio continuado contribuiu para o empoderamento das organizações de cidadãos, fortalecendo a sua capacidade técnica, organizacional e de intervenção e consolidando o seu papel como atores relevantes na promoção da inclusão social.
169. No **domínio da economia azul, os EEA Grants têm igualmente deixado uma marca significativa através de programas sucessivos e complementares.** O Programa Gestão Integrada das Águas Marinhas e Costeiras, implementado entre 2009 e 2014, centrou-se no desenvolvimento de conhecimento científico e de ferramentas de gestão sustentável dos recursos marinhos, estabelecendo bases sólidas para a valorização económica destes recursos. Projetos como o "MARGov - Governança Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas" (2010-2013), desenvolvido no Parque Marinho Professor Luiz Saldanha (Arrábida), introduziram modelos inovadores de governança participativa que influenciaram posteriormente a gestão de outras áreas marinhas protegidas no país.
170. O **Programa do Crescimento Azul, implementado entre 2014 e 2021, ampliou esta abordagem, focando-se mais diretamente no desenvolvimento económico sustentável baseado nos recursos marinhos.** O financiamento do navio de investigação Mar Portugal (posteriormente renomeado Mário Ruivo), a criação de incubadoras de empresas especializadas em biotecnologia marinha e o apoio a *startups* inovadoras no domínio da economia azul exemplificam a diversidade e o alcance das intervenções apoiadas.
171. **Ambos os programas alinharam-se estrategicamente com a Estratégia Nacional para o Mar,** contribuindo para a concretização dos seus objetivos e para o posicionamento de Portugal como referência na economia azul. Este alinhamento foi significativamente reforçado pelas relações bilaterais estabelecidas com a Noruega, país com experiência consolidada neste domínio, que proporcionaram oportunidades valiosas de transferência de conhecimento, partilha de boas práticas e desenvolvimento de parcerias duradouras.
172. Este duplo contributo dos EEA Grants - para o combate à exclusão social e para o desenvolvimento da economia azul - ilustra a versatilidade e o impacto transformador deste mecanismo financeiro na sociedade portuguesa,

demonstrando a sua capacidade para intervir estrategicamente em domínios prioritários para o desenvolvimento sustentável do país.

## 4.6. Reforço das relações bilaterais entre Portugal e os países doadores

173. A **cooperação bilateral entre Portugal e os países doadores - Islândia, Liechtenstein e Noruega - constitui simultaneamente um elemento diferenciador dos EEA Grants e um catalisador decisivo para a eficiência, eficácia e qualidade dos processos de intervenção e dos resultados alcançados**. Esta dimensão bilateral evoluiu significativamente ao longo dos diversos ciclos de programação, transformando-se de um aspeto complementar num pilar estruturante do mecanismo.
174. **Nos ciclos iniciais, compreendidos entre 1994 e 2003, a cooperação bilateral apresentava um carácter incipiente, sendo entendida essencialmente como um veículo para a transferência de recursos financeiros**. As parcerias entre entidades portuguesas e dos países doadores eram concebidas principalmente como oportunidades para troca pontual de conhecimentos e experiências, sem uma visão estratégica integrada. Durante este período, o foco primordial do mecanismo residiu na transferência de recursos para apoiar o desenvolvimento socioeconómico de Portugal, considerado entre os países da União Europeia com maiores disparidades face à média Europeia. As **parcerias estabelecidas caracterizavam-se pela sua limitada abrangência e profundidade**, frequentemente envolvendo projetos isolados e com reduzida integração em estratégias mais amplas.
175. A ausência de um sistema formal para monitorização dos benefícios da cooperação bilateral refletiu o estágio ainda embrionário desta dimensão do mecanismo. Não obstante estas limitações, Portugal começou a reconhecer o potencial estratégico desta cooperação numa perspetiva de capacitação institucional e de aprendizagem mútua entre entidades.
176. O **ciclo de programação 2009-2014 marcou um ponto de viragem significativo na valorização da cooperação bilateral**. As parcerias entre entidades portuguesas e dos países doadores ganharam maior relevância, sendo progressivamente reconhecidas como um instrumento para a criação de impacto duradouro, não apenas no plano do desenvolvimento económico, mas também no fortalecimento de laços institucionais entre Portugal e os países financiadores.
177. Este período **caracterizou-se por um incentivo mais explícito e estruturado ao envolvimento de entidades de ambos os lados em projetos conjuntos**. As ONGs, as universidades, os centros de investigação e as instituições públicas de Portugal e dos países doadores foram encorajados a desenvolver parcerias substantivas, que transcendessem o carácter formal e gerassem valor acrescentado real para todos os envolvidos. A **cooperação bilateral passou assim a constituir um critério relevante para a seleção e aprovação de projetos, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de colaboração internacional**. Esta evolução refletiu-se no aumento significativo do número de projetos desenvolvidos em parceria.
178. O **ciclo mais recente, compreendido entre 2014 e 2021, representou uma mudança paradigmática no papel atribuído às parcerias bilaterais**. A cooperação entre entidades portuguesas e dos países doadores passou de uma dimensão complementar a um pilar central e estruturante dos EEA Grants, assumindo um carácter obrigatório para uma proporção significativa dos projetos financiados. A **criação do Fundo para Relações Bilaterais materializou esta nova prioridade, disponibilizando recursos específicos para a criação e fortalecimento de parcerias**. Este instrumento permitiu financiar iniciativas preparatórias, como



visitas de estudo e workshops conjuntos, que facilitaram o desenvolvimento de candidaturas em parceria, bem como atividades complementares que reforçaram a cooperação durante a implementação dos projetos.

179. A relevância das parcerias bilaterais expandiu-se para áreas cada vez mais especializadas e estratégicas, como a inovação tecnológica, as energias renováveis, a governança democrática e o combate às alterações climáticas. **Esta especialização temática potenciou o desenvolvimento de parcerias mais profundas e sustentáveis, com benefícios tangíveis para ambas as partes.**
180. Um aspeto particularmente inovador deste ciclo foi o **reconhecimento explícito do valor acrescentado da cooperação bilateral para os próprios países financiadores**. O intercâmbio de ideias, metodologias e soluções inovadoras com entidades portuguesas possibilitou aprendizagens significativas para as instituições da Islândia, Liechtenstein e Noruega, transformando a cooperação num verdadeiro processo bidirecional de criação de valor.
181. Esta evolução da cooperação bilateral, de um aspeto complementar para um pilar estruturante, ilustra a maturação do mecanismo EEA Grants e o aprofundamento das relações entre Portugal e os países doadores, contribuindo decisivamente para a sua eficácia e sustentabilidade..

## 4.7. Amplo processo de capacitação em rede, transnacional e multi-actor

182. Os **EEA Grants têm-se consolidado em Portugal como um mecanismo singular de promoção da inovação e capacitação institucional, através de uma abordagem distintiva que combina experimentação, colaboração multi-atores e aprendizagem partilhada**. O seu impacto transcende largamente o financiamento direto de projetos, contribuindo para transformações estruturais nas práticas institucionais e nas políticas públicas do país.
183. O **enfoque estratégico em projetos que introduzem abordagens inovadoras para desafios contemporâneos tem funcionado como catalisador para o envolvimento de novos atores institucionais e para a criação de dinâmicas colaborativas inéditas**. Esta orientação programática estimula particularmente a transferência de conhecimento das universidades para a administração pública, possibilitando que a investigação científica se traduza em práticas administrativas mais eficientes e eficazes.
184. Projetos como o "ClimAdaPT.Local", que mobilizou o conhecimento universitário para capacitar 26 municípios na elaboração de estratégias locais de adaptação às alterações climáticas, exemplificam esta dinâmica de transferência de conhecimento.
185. A promoção sistemática de redes de parceria nacionais, envolvendo simultaneamente administração central, autoridades locais, centros de investigação, universidades, empresas e organizações não-governamentais, **tem transformado os EEA Grants no principal programa de experimentação e capacitação em novas áreas de política social, ambiental e económica em Portugal**. Esta abordagem multi-ator tem permitido conjugar perspetivas complementares e mobilizar recursos diversificados para o desenvolvimento de soluções integradas.
186. O **Programa Crescimento Azul ilustra exemplarmente esta dinâmica colaborativa, tendo estabelecido parcerias entre entidades** como o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), universidades como a de Aveiro ou do Algarve, empresas do setor marítimo e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de

soluções inovadoras no domínio da economia do mar. Estas redes colaborativas perduram frequentemente para além do período de financiamento, gerando um capital relacional valioso para o desenvolvimento de futuras iniciativas.

187. A importância conferida à comunicação e à disseminação dos resultados constitui outro elemento diferenciador dos EEA Grants, **permitindo que os benefícios da capacitação se estendam muito além dos operadores de programa e das parcerias diretamente envolvidas nos projetos**. A realização regular de seminários temáticos, a produção de materiais informativos de qualidade e a utilização de plataformas digitais para partilha de conhecimento amplificam o impacto das intervenções, transformando projetos-piloto localizados em fontes de aprendizagem para um universo alargado de instituições. O projeto "FILMar", por exemplo, além da digitalização do património cinematográfico português relacionado com o mar, desenvolveu um programa abrangente de disseminação que incluiu a realização de mostras em várias cidades do país, a produção de material pedagógico para escolas e a criação de uma plataforma digital de acesso público, maximizando o alcance cultural e educativo da intervenção.
188. Os **resultados desta abordagem à capacitação manifestaram-se posteriormente na formulação e execução de políticas públicas mais maduras ou no desenvolvimento de novas respostas a desafios emergentes**. A experiência acumulada em projetos de inclusão social em contexto urbano, por exemplo, informou significativamente o desenho de programas nacionais como a abordagem a comunidades desfavorecidas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto com apoio do PRR.
189. De forma similar, **a experimentação pioneira no domínio da economia circular ou das alterações climáticas, apoiada pelos EEA Grants, contribuiu para o desenvolvimento de novas políticas nacionais nestas áreas**. O projeto "ClimAdaPT.Local", foi por exemplo decisivo para definir as referências metodológicas de adaptação local às alterações climáticas tendo servido de modelo para uma vasta geração de planos e estratégias que foram realizados em Portugal depois de 2016, inclusivamente pelos Planos Municipais de Ação Climática que em resultado da Lei de Bases do Clima estão a ser elaborados desde 2021.
190. A cooperação **bilateral com os países doadores, particularmente com a Noruega, emerge como um acelerador fundamental deste processo de capacitação**. A abordagem baseada na cocriação e nos ganhos mútuos estabelece um ambiente dinâmico e fluido de troca de experiências, que tem potenciado a aprendizagem institucional e a inovação. O intercâmbio regular de profissionais, a realização de visitas de estudo e a implementação de projetos conjuntos criou canais privilegiados para a transferência de conhecimento e boas práticas.
191. Em síntese, os **EEA Grants têm-se afirmado em Portugal como um laboratório de inovação e um catalisador de capacitação institucional, contribuindo decisivamente para a modernização das políticas públicas e para o desenvolvimento de respostas mais eficazes aos desafios atuais**. O seu impacto, que transcende largamente o financiamento direto de projetos, manifesta-se na transformação das práticas institucionais, na criação de redes colaborativas duradouras e na consolidação de uma cultura de inovação na administração pública portuguesa..

## 4.8. Empoderamento de atores na concretização das políticas públicas

192. Os **EEA Grants têm desempenhado um papel relevante no panorama da governança em Portugal, promovendo um modelo mais participativo, diversificado e inclusivo**. Através de uma abordagem

estratégica multidimensional, este mecanismo financeiro tem contribuído para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma sociedade mais equitativa.

193. O fortalecimento da sociedade civil constitui um pilar fundamental deste contributo. O **financiamento direto e a capacitação técnica proporcionados a organizações não governamentais e associações comunitárias que atuam em áreas como direitos humanos, inclusão social, igualdade de género e desenvolvimento sustentável permitiram que estas entidades assumissem um protagonismo crescente na formulação e implementação de políticas públicas**. O Programa Cidadãos Ativ@s, gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a Fundação Bissaya Barreto, exemplifica esta aposta, tendo apoiado mais de uma centena de projetos que potenciaram o desenvolvimento de capacidades institucionais e de competências de *advocacy* destas organizações.
194. A **promoção sistemática de parcerias bilaterais e multissetoriais, envolvendo autarquias, organizações não governamentais, universidades e entidades do setor privado, tem incentivado uma abordagem colaborativa na definição e implementação de soluções para desafios complexos**.
195. O **estímulo ao desenvolvimento de redes de colaboração entre atores públicos e privados tem sido outra vertente distintiva da atuação dos EEA Grants em Portugal**. Estas redes criam sinergias que facilitam a integração de novos conhecimentos e abordagens inovadoras nos processos de definição e implementação de políticas públicas.
196. O **apoio direcionado às autoridades locais e regionais tem fortalecido significativamente a sua capacidade para gerir recursos e implementar políticas públicas de forma mais eficiente**, particularmente em domínios emergentes como a inclusão social, a sustentabilidade ambiental ou a valorização cultural. Por outro lado, **a inclusão de grupos vulneráveis como público-alvo prioritário, através de projetos focados na inclusão social, igualdade de género, direitos das minorias e apoio a comunidades marginalizadas, tem proporcionado uma plataforma para que estas vozes sejam efetivamente consideradas no debate e na decisão política**.
197. Em síntese, através destas múltiplas dimensões de intervenção – fortalecimento da sociedade civil, promoção de parcerias multissetoriais, desenvolvimento de redes colaborativas, capacitação das autoridades locais e inclusão de grupos vulneráveis – os **EEA Grants têm contribuído decisivamente para a evolução do modelo de governança em Portugal, tornando-o mais participativo, mais capaz de responder às necessidades dos cidadãos** e mais eficaz na resposta aos desafios contemporâneos.

(página propositadamente deixada em branco)

## 5. Síntese conclusiva

198. A **análise dos 30 anos de implementação dos EEA Grants em Portugal revela um percurso notável com contributos significativos para o desenvolvimento do país**. Este mecanismo financeiro estabeleceu-se como um instrumento diferenciado no panorama dos financiamentos internacionais, evidenciando características distintivas que potenciaram o seu impacto transformador em múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável.
199. A evolução da dotação financeira, que após uma redução inicial retomou uma trajetória ascendente até aos 102,7 milhões de euros no ciclo 2014-2021, foi acompanhada por uma positiva capacidade de execução. Esta **eficácia operacional constitui um indicador inequívoco da maturidade alcançada pelos sistemas de gestão e da qualidade dos projetos apoiados, contrastando positivamente com as taxas de execução frequentemente mais modestas de outros mecanismos financeiros**.
200. O **mecanismo distinguiu-se também pela sua capacidade de selecionar criteriosamente áreas de intervenção estratégicas, frequentemente antecipando prioridades que só posteriormente seriam reconhecidas pelas políticas públicas mainstream**. Exemplos como a reabilitação urbana integrada, a adaptação às alterações climáticas ou a economia azul ilustram esta visão prospetiva, que **transformou os EEA Grants num verdadeiro laboratório de inovação no desenvolvimento e implementação de políticas públicas**, com efeitos multiplicadores que transcenderam amplamente o volume de financiamento disponibilizado.
201. Particularmente significativa foi **o contributo para políticas urbanas inovadoras**, cuja origem pode ser traçada ao programa "Novos Bairros, Novas Centralidades" e que posteriormente influenciou iniciativas como a "Iniciativa Bairros Críticos", as "Parcerias para a Regeneração Urbana" e, mais recentemente, as intervenções em comunidades desfavorecidas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Este caso **exemplifica como uma abordagem pioneira pode ser incorporada, adaptada e ampliada através de outros instrumentos de financiamento, gerando um legado duradouro**.
202. A **progressiva valorização da cooperação bilateral, evoluindo de uma componente acessória para um pilar estruturante do mecanismo, constituiu outro fator diferenciador**, criando oportunidades únicas de transferência de conhecimento e estabelecimento de parcerias duradouras entre entidades portuguesas e dos países doadores. Em domínios como a saúde mental, a geotermia ou a gestão marinha, esta cooperação produziu resultados tangíveis que beneficiaram ambas as partes, transcendendo a tradicional relação doador-beneficiário.
203. O **modelo de governança multiníveis, com uma coordenação estratégica centralizada e uma implementação operacional descentralizada, permitiu combinar coerência global com adaptação às especificidades setoriais**. A utilização de entidades especializadas como Operadores de Programa assegurou a competência técnica necessária para a seleção, acompanhamento e avaliação dos projetos, garantindo a sua qualidade e alinhamento com as políticas nacionais. Esta abordagem diferenciou-se positivamente de outros mecanismos financeiros com estruturas de gestão mais centralizadas e menos especializadas.
204. Não obstante estes sucessos, **a implementação dos EEA Grants em Portugal continua a enfrentar desafios significativos que limitam a maximização do seu potencial**. Estes desafios, simultaneamente operacionais e estratégicos, exigem atenção para assegurar a sustentabilidade e o impacto futuro do mecanismo.

205. A **complexidade administrativa persiste como um obstáculo relevante**. Os procedimentos de candidatura, contratação, execução e prestação de contas impõem encargos administrativos consideráveis tanto para as estruturas de gestão como para os beneficiários. Esta situação é particularmente gravosa para entidades de menor dimensão, como pequenas ONGs ou pequenos municípios, limitando a sua capacidade de acesso ao financiamento e comprometendo o princípio da inclusão territorial e institucional. Apesar dos esforços de simplificação realizados ao longo dos sucessivos ciclos, **permanecem exigências processuais que poderiam ser racionalizadas sem comprometer o rigor na gestão e execução dos fundos**.
206. A **escassez de recursos humanos nas estruturas de gestão, controlo, acompanhamento e comunicação representa outro desafio persistente**. Tanto a Unidade Nacional de Gestão como os Operadores de Programa enfrentam limitações na sua capacidade operacional, agravadas pela dificuldade em fixar técnicos qualificados devido a condições remuneratórias pouco competitivas face ao mercado. Esta situação compromete a implementação das funções essenciais, particularmente em períodos de pico de trabalho associados ao lançamento de convocatórias ou ao encerramento de ciclos de programação, gerando riscos para a qualidade do acompanhamento e para o cumprimento tempestivo de obrigações contratuais.
207. A **eficácia de atuação da Unidade Nacional, embora tenha evoluído positivamente desde a sua criação em 2012, continua a enfrentar desafios relacionados com a sua capacidade de coordenação estratégica e de apoio técnico aos Operadores de Programa**. Com recursos humanos muito limitados face o leque de responsabilidades atribuídas, a Unidade tem conseguido assegurar as funções essenciais. O atual modelo de articulação entre a Unidade Nacional e os Operadores, embora estável e funcional, apresenta oportunidades de otimização que não têm sido plenamente exploradas, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de ferramentas comuns.
208. A futura atribuição de maior autonomia aos Operadores de Programa na gestão do fundo bilateral, embora positiva para a dinamização da cooperação bilateral, cria novos encargos e **exige competências específicas que nem sempre estão disponíveis nestas estruturas**. Este desafio é agravado pela insuficiente proatividade dos países doadores na atração de parceiros. A ausência de mecanismos eficazes de *matchmaking* entre entidades portuguesas e dos países doadores constitui uma barreira adicional ao desenvolvimento de parcerias equilibradas e mutuamente benéficas.
209. A **capacitação do ecossistema de implementação, incluindo beneficiários, avaliadores e entidades de controlo, permanece insuficiente para garantir uma execução consistentemente regular, eficaz e eficiente**. Esta situação é particularmente evidente em áreas técnicas especializadas ou emergentes, como a adaptação às alterações climáticas ou a economia circular, onde o conhecimento técnico necessário está em rápida evolução. A descontinuidade entre ciclos de programação, com períodos de hiato na implementação, contribui para a perda de conhecimento institucional e para a dificuldade em manter equipas especializadas, comprometendo a capacidade de resposta a novos desafios.
210. Finalmente, **existem condições de aprofundamento de avaliação dos impactos do mecanismo**, desde logo no aumento da visibilidade dos processos de avaliação ou da ausência de avaliações *ex-ante* dos Programas ou da verificação do cumprimento de standards ambientais pelos projetos numa ótica de "Do No Significant Harm" (DNSH).
211. Face a estes desafios, apresentam-se as seguintes recomendações estratégicas para futuros ciclos de implementação dos EEA Grants em Portugal:
- **Aprofundar soluções de simplificação administrativa**, incluindo a harmonização de procedimentos, a digitalização de processos, a adoção mais ampla de custos simplificados e a criação de um sistema de balcão

único para interação com beneficiários. Esta abordagem poderia reduzir significativamente os encargos administrativos sem comprometer o rigor na gestão dos fundos;

- **Reforçar estrategicamente a cooperação bilateral** através da criação de mecanismos mais estruturados de identificação de parceiros potenciais nos países doadores, da implementação de um portal de *matchmaking* e do desenvolvimento de ações de capacitação específicas para a gestão de parcerias internacionais. Um maior envolvimento das embaixadas e de redes empresariais e científicas poderia potenciar significativamente as oportunidades de cooperação;
- Desenvolver um **plano integrado de reforço e capacitação dos recursos humanos envolvidos na gestão do mecanismo**, incluindo a revisão das condições remuneratórias, a implementação de programas de formação especializada e a criação de mecanismos de partilha de recursos entre estruturas em períodos de pico de trabalho. A estabilização das equipas técnicas constitui um fator crítico para a qualidade da implementação;
- **Otimizar o modelo de articulação entre a Unidade Nacional e os Operadores de Programa**, clarificando responsabilidades, desenvolvendo ferramentas colaborativas e implementando comunidades de prática para partilha de conhecimentos e boas práticas. Uma distribuição mais eficiente de tarefas poderia libertar recursos para funções estratégicas de maior valor acrescentado;
- Criar um **programa específico de capacitação para a gestão do fundo bilateral dirigido aos Operadores de Programa**, complementado por um roteiro para o envolvimento proativo de entidades dos países doadores, desenvolvido em estreita colaboração com as embaixadas destes países. A identificação precoce de interesses e capacidades complementares poderia potenciar parcerias mais substantivas e duradouras;
- Definir previamente um **plano de capacitação do ecossistema de implementação**, incluindo formação e assistência técnica para beneficiários potenciais e efetivos, particularmente em domínios técnicos especializados ou emergentes. O desenvolvimento de redes de aprendizagem entre projetos com temáticas afins poderia potenciar sinergias e promover a disseminação de boas práticas;
- Desenvolver uma **abordagem estruturada à avaliação**, incluindo avaliações *ex-ante* sistemáticas, avaliações de operacionalização *on going*, definição previa de um plano de avaliação, maior visibilidade para os processos e dos resultados de avaliação no sítio web do EEA Grants, e a integração de metodologias DNSH na apreciação de candidaturas e na monitorização de projetos. A transparência sobre os impactos ambientais dos projetos constituiria um contributo significativo para a credibilidade do mecanismo;
- **Fortalecer a estratégia de comunicação e visibilidade, com ênfase na disseminação de resultados e impactos**, no *storytelling* baseado em casos de sucesso e no envolvimento de influenciadores relevantes em cada domínio temático. A demonstração clara do valor acrescentado do mecanismo é essencial para assegurar o apoio público e institucional à sua continuidade.

212. A implementação destas recomendações permitirá não apenas superar os desafios identificados, mas também potenciar as características distintivas que têm feito dos EEA Grants um instrumento financeiro com impacto transformador na sociedade portuguesa, reforçando o seu papel como catalisador de inovação e desenvolvimento sustentável nas próximas décadas.

(página propositadamente deixada em branco)



(página propositadamente deixada em branco)



**CEDRU**

Centro de Estudos e Desenvolvimento  
Regional e Urbano

Março de 2025

CEDRU

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda

Rua Fernando Namora 46A

1600-454 Lisboa

(+351) 217 121 240

[www.cedru.com](http://www.cedru.com)